



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO MEIO AMBIENTE - DCMA**

**PROMOÇÃO DA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE POR
MEIO DO USO PÚBLICO: RESGATE HISTÓRICO E CULTURAL DA
APA BEMPOSTA COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Karolyne Victor Martins Leite

ORIENTADOR: Prof.^a Dr.^a Julianne Alvim Milward de Azevedo

**TRÊS RIOS - RJ
DEZEMBRO – 2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO MEIO AMBIENTE - DCMA**

**PROMOÇÃO DA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE POR
MEIO DO USO PÚBLICO: RESGATE HISTÓRICO E CULTURAL DA
APA BEMPOSTA COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Karolyne Victor Martins Leite

Monografia apresentada ao curso de Gestão Ambiental,
como requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Gestão Ambiental da UFRRJ, Instituto Três
Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**TRÊS RIOS - RJ
DEZEMBRO – 2019**

Leite, Karolyne Victor Martins, 2019-

Promoção da Preservação da Biodiversidade por Meio do Uso Público: resgate histórico e cultural da APA Bemposta com vista ao desenvolvimento local
83f. : graf., tabs.

Orientador: Profa. Dra. Julianne Alvim Milward de Azevedo
Monografia (bacharelado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Instituto Três Rios.

Bibliografia: f. 68-82.

1. Uso público de unidades de conservação – Economia Local – História Oral – Teses. 2. Áreas Protegidas– Territorialidade – Teses. I. Leite, Karolyne Victor Martins Leite. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto Três Rios. III.

Promoção da Preservação da Biodiversidade por Meio do Uso Público: resgate histórico e cultural da APA Bemposta com vista ao desenvolvimento local



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO MEIO AMBIENTE - DCMA

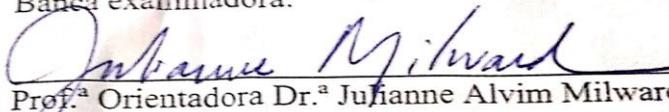
**PROMOÇÃO DA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE POR
MEIO DO USO PÚBLICO: RESGATE HISTÓRICO E CULTURAL DA
APA BEMPOSTA COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

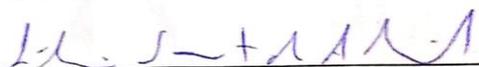
Karolyne Victor Martins Leite

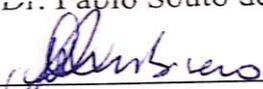
Monografia apresentada ao Curso de Gestão Ambiental como pré-requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Aprovada em 04/12/2019

Banca examinadora:


Prof.ª Orientadora Dr.ª Juíanne Alvim Milward de Azevedo


Prof. Dr. Fábio Souto de Almeida


MSc. Monica Cardoso Ambivero

TRÊS RIOS - RJ
DEZEMBRO - 2019

Dedicatória

Dedico esse trabalho a minha família e ao meu estado de Pernambuco
que tanto amo e sinto falta.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Julianne Alvim Milward de Azevedo, por todo o seu conhecimento compartilhado, pela paciência, e acima de tudo, pelo empenho nesse trabalho. Muito obrigada por cada minuto dedicado à orientação desse projeto.

Agradeço também à todos os meus professores da UFRRJ-ITR que tanto me ensinaram e que foram essenciais nesses cinco anos de descoberta e caminhada e que, sem dúvidas, através dos seus conhecimentos compartilhados e experiências saio desse curso não só como uma profissional melhor, mas acima de tudo um ser humano melhor. E também à todos os seus demais profissionais e técnicos que contribuíram direta e indiretamente para a minha formação.

À minha turma 2015.1 por ter sido um pedacinho da minha família aqui em Três Rios, cursar uma faculdade em outro estado poderia ter sido muito mais difícil se não fosse por vocês. Agradeço infinitamente pelos risos, pelos fragmentos de momentos que sempre vou levar comigo. Cada um de vocês tem um espaço no meu coração.

À minha mãe. Mainha, se não fosse por todo seu esforço, dedicação e coragem eu não estaria aqui. Obrigada por ser minha parceira em tudo nessa vida e me apoiar em cada uma das minhas decisões – mesmo que nem sempre concorde. Todo o amor do mundo para você que é minha âncora e meu suporte onde quer que essa estrada me leve.

Ao meu pai que sempre me traz a razão e, sem dúvidas pai, esse caminho teria sido infinitas vezes mais difícil sem suas palavras de conforto que vieram sempre quando mais eu precisei – especialmente nessa etapa. Obrigada por sempre me trazer de volta aos meus pés e me dar equilíbrio. Te amo infinitamente.

Ao meu companheiro e parceiro de vida, Júlio César Leitão, obrigada por me dar uma família aqui em Três Rios quando mais precisei e por partilhar essa caminhada comigo, meu amor é todo seu. Agradeço também aos meus sogros por me abraçarem e acolherem com todo o coração. Muito obrigada.

Agradeço à comunidade de Bemposta por ter me recebido de braços abertos e com todo o carinho. Agradeço também à Subprefeitura de Bemposta e à Secretaria de Cultura e Turismo por auxiliarem tanto a realização do trabalho

E por fim, agradeço à Deus.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.” (Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

Este estudo tem como propósito levantar dados e gerar informações do espaço delimitado pela Área de Preservação Ambiental (APA) Bemposta, localizada no distrito de mesmo nome no município de Três Rios, situado na região Centro-Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro, bem como levantar potencialidades quanto ao seu uso público visando o desenvolvimento local. Isso com vista a compreender o espaço da área protegida, de grande beleza cênica, quanto às suas relações produtivas e sua interação com o meio ambiente e sua gente, com o resgate histórico e cultural. A pesquisa quanto aos fins foi feita de forma exploratória, descritiva. Quanto aos meios de investigação a pesquisa foi de campo, documental e um estudo de caso. Destaca-se o uso da história oral como ferramenta para o resgate da memória local. Pretende-se com a efetivação do estudo fornecer informações para o desenvolvimento de programas de proteção da unidade de conservação, por meio do envolvimento da comunidade local através do uso público, com especial atenção ao ecoturismo gerando assim, o desenvolvimento local. Conclui-se que a APA Bemposta, como grande parte do Vale do Paraíba, passou por um período histórico da cultura cafeeira em que apresentou uma significativa quantidade de fazendas históricas na região. Assim, deixando um importante legado em relação ao seu patrimônio histórico. Ainda, foi observado através das entrevistas o grande potencial ecoturístico da APA Bemposta visto que o distrito recebe muitos visitantes em períodos festivos, além de contar com a existência de uma cachoeira no local. Portanto, o uso público pode ser utilizado como ferramenta para auxiliar na preservação da APA, além de ser uma fonte de geração de renda para a população, gerando assim, o desenvolvimento local.

Palavras-chave: uso público de unidades de conservação; economia local; história oral.

ABSTRACT

This study aims to collect data and generate information of the space delimited by the Environmental Preservation Area Bemposta, located in the district of the same name in the county, located in the south-central region of Rio de Janeiro state, as well as raising potential regarding its public use for local development. This in order to understand the space of the protected area of great scenic beauty, as their productive relations and their interaction with the environment and its people, with the historical and cultural rescue. The research in respect of the matter will be exploratory, descriptive. As for the means of investigation the research will be field, documentary and a case study. We highlight the use of oral history as a tool for the rescue of local memory. The aim of the study is to provide subsidies for the the Secretariat of Environment and Agriculture of the municipality. with the information generated generated for the development of conservation unit preservation programs, through the involvement of the local community through public use, with special attention to ecotourism thus generating local development. It is concluded that the APA Bemposta, like much of the Vale do Paraíba, went through a historical period of coffee culture in which it presented a significant amount of historical farms in the region. Thus, leaving an important legacy in relation to the historical heritage of the region. Still, it was observed through the interviews the great ecotourism potential of APA Bemposta since the district receives many visitors during festive periods, in addition to having a waterfall on site. Therefore, public use can be used as a tool to help preserve the APA, as well as being a source of income generation for the population, thus generating local development.

Keywords: public use of protected areas, local economy, oral history.

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

APA – Área de Preservação Ambiental

APPs - Áreas de Preservação Permanente

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica

CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPBES - Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

IPCC - Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas das Nações Unidas

ITR - Imposto Territorial Rural

MAAP - Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONU - Organização das Nações Unidas

RESEX - Reserva Extrativista

REVISMEP - Refúgio de Vida Silvestre Estadual do Médio Paraíba

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UC - Unidade de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Município de Três Rios circulado em vermelho.....	38
Figura 2. Localização da Unidade de Conservação Estadual Refúgio da Vida Silvestre do Médio Paraíba.....	40
Figura 3. Trecho do REVISMEP.....	40
Figura 4. Localização da APA Bemposta.....	42
Figura 5. a) e b) placa de entrada da estrada e que dá acesso ao distrito de Bemposta; c) e d) imagens da região central do distrito de Bemposta.....	42
Figura 6. JOHANN GEORG GRIMM. <i>Fazenda Aliança em Bemposta</i> , 1881, óleo sobre tela 48,5 x 66,6 cm, coleção particular, Rio de Janeiro, RJ (fotografia de Vicente de Mello).....	46
Figura 7. JOHANN GEORG GRIMM. <i>Fazenda Recreio em Bemposta</i> , circa 1886, óleo sobre tela 48,5 x 66,6 cm, coleção particular, Rio de Janeiro, RJ (fotografia de Vicente de Mello).....	47
Figura 8. <i>Fazenda Recreio em Bemposta</i> , 2008.....	47
Figura 9. JOHANN GEORG GRIMM. <i>Fazenda Retiro, Bemposta</i> 1881. óleo sobre tela, 60 x 82 cm. Col. Particular (Pires, 1980, p.23)	48
Figura 10. JOHANN GEORG GRIMM. <i>Recreio Cataguá em Bemposta</i> , 1886, óleo sobre tela 48,5 x 66,6 cm, coleção particular, Rio de Janeiro, RJ (fotografia de Vicente de Mello).....	48
Figura 11. Detalhes da fazenda Bemposta: salão de cinema, projetor e azulejos.....	49
Figura 12. Casa Sede da Fazenda Bemposta.....	50
Figura 13. Reportagem sobre a Fazenda Bemposta. Correio do Sul. 1952.....	50
Figura 14. Arnaldo Guinle, sua esposa e freiras do Colégio Santo Antônio em Bemposta.....	51
Figura 15. Reportagem sobre a Cerâmica Bemposta Limitada, atual Argibem. Correio do Sul. 1952.....	56
Figura 16. Reportagem sobre a Igreja Bemposta, construída pelo Arnaldo Guinle. Correio do Sul. 1952.....	58

Figura 17. Reportagem sobre a Igreja Bemposta, construída pelo Arnaldo Guinle. Correio do Sul.1952.....	58
Figura 18. a) e d) procissão da Nossa Senhora da Conceição nas principais ruas do distrito de Bemposta. C) Praça Guilhermina Guinle, onde fica localizada a Igreja Nossa Senhora da Conceição, d) Igreja Nossa Senhora da Conceição, Bemposta, Três Rios. 2019.....	59
Figura 19. Trilhão de Bemposta.....	59
Figura 20. Trilhão de Bemposta.....	60
Figura 21. Reportagem sobre a importância da família Guinle e da Fazenda Bemposta para o distrito de Bemposta. Jornal Correio do Sul. 1952.....	61
Figura 22. Reportagem sobre a importância da família Guinle e da Fazenda Bemposta para o distrito de Bemposta. Jornal Correio do Sul. 1952.....	62
Figura 23. Reportagem sobre a importância da família Guinle e da Fazenda Bemposta para o distrito de Bemposta. Jornal Correio do Sul. 1952.....	63
Figura 24. Mapa da Localização da Cachoeira do rio Calçado, Bemposta.....	65
Figura 25. a) Acampamento Batista Carioca. b) c) e d) Fotos da Cachoeira do rio Calçado, Bemposta, Três Rios/ RJ. 2019.....	65
Figura 26. Matéria do Jornal O Globo, 29/11/2019, sobre a descentralização do ecoturismo no estado do Rio de Janeiro.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Número e área das unidades de conservação no Brasil de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9.985/00.	25
Quadro 2. Categorização das Unidades de Conservação de Proteção Integral de Acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9.985/00.	26
Quadro 3. Categorização das Unidades de Conservação de Uso Sustentável de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9.985/00.....	29
Quadro 4. Unidades de Conservação de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.....	39
Quadro 5. Dados socio biográficos dos moradores de Bemposta entrevistados.....	44

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1.1. Objetivo Geral.....	18
1.1.2. Objetivos Específicos	18
1.2. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	18
1.3 RELEVÂNCIA DA PESQUISA	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1. IMPORTÂNCIA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA A BIODIVERSIDADE	19
2.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL: HISTÓRICO E SUAS CATEGORIAS.....	22
2.3. RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: USO PÚBLICO E ECOTURISMO	30
2.4. BREVE ABORDAGEM SOBRE TERRITÓRIO: TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE CULTURAL.....	33
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	36
3.1. ÁREA DE ESTUDO	36
3.2. TIPOLOGIA DA PESQUISA	42
3.3. UNIVERSO x AMOSTRA E SELEÇÃO DOS SUJEITOS	43
3.3.1. Perfil dos Entrevistados	44

3.4. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	44
3.5. LIMITAÇÃO DOS MÉTODOS	45
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
4.1. BREVE DESCRIÇÃO DA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE BEMPOSTA SOB A PERSPECTIVA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....	45
4.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS	53
4.2.1. Distrito de Bemposta sob a Perspectiva da Dimensão Econômica: das plantações a industrialização.....	53
4.2.2. Narrativas de Bemposta sob o Panorama da Dimensão Sociocultural: identidade cultural e preservação.....	56
4.2.3. APA Bemposta: potencial turístico e desenvolvimento local	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6. REFERÊNCIAS	71
7. APÊNDICES	83

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que apresenta uma enorme variedade de biomas, e isso reflete na sua enorme riqueza de fauna e flora. Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Brasil está na categoria de principal nação entre os 17 países megadiversos, possuindo mais de 20% do número total de espécies da Terra. Além disso, a pátria brasileira comporta uma rica sociobiodiversidade, caracterizada por mais de 200 etnias indígenas dentre outras diversas comunidades tradicionais (como caiçaras, quilombolas e seringueiros), esses povos apresentam um rico conhecimento tradicional que precisa ser preservado tanto como a biodiversidade desses biomas (MMA 2019). Apesar disso tudo o Brasil, assim como a grande parte dos países em desenvolvimento, vem sofrendo uma contínua perda da sua diversidade biológica. As espécies ameaçadas da fauna brasileira ainda não têm números definitivos. Oficialmente, segundo dados de 2008, são 627 espécies da fauna foram avaliadas como ameaçadas de extinção (ICMBIO). Esse fato ocorre, principalmente, devido ao crescimento populacional desenfreado, um número expressivo de cidadãos brasileiros com baixo nível de renda, da monocultura e da crescente demanda por carvão vegetal (Vieira 2014). Ainda segundo esse pesquisador, o modelo econômico predominante atualmente, que é o capitalista, considera as preocupações com o meio ambiente como entrave ao crescimento. Tendo como prioridade o crescimento visto em termos quantitativos (como por exemplo, o aumento do PIB) em detrimento da qualidade de vida da população. Observa-se, então, que a perda da biodiversidade está ligada não só a aspectos ambientais, mas também sociais, econômicos, culturais e científicos.

Nesse contexto, uma das alternativas para tentar minimizar tais impactos, diz respeito à criação de espaços especiais de conservação, que deve contar com a participação de toda a sociedade e fundamentar-se em sólidas bases científicas (Henry-Silva 2005). Principalmente após a década de 1990, quando os problemas ambientais passaram a ser discutidos globalmente, esses espaços especiais denominados Unidades de Conservação da Natureza (UCs) passaram a ter uma importância cada vez maior. Segundo o MMA (2019), as unidades de conservação asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciam às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. São legalmente criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, após a realização de estudos técnicos dos espaços propostos e, quando

necessário, há consulta à população. No entanto, apesar do governo estimular a criação das unidades de conservação não se pode dizer o mesmo em relação à sua gestão. Por esse motivo, as unidades de conservação no Brasil têm sido caracterizadas por certos autores como ‘ficções jurídicas’ e ‘parques de papel’ (Morsello, 1999; Brito, 1998a). Possuindo assim, diversas lacunas e fragilidades, enfrentando problemas como: pouco conhecimento de sua existência por parte da sociedade, regularização fundiária deficiente e falta de uma infraestrutura mínima de gestão, visitação e fiscalização. Além da ausência de plano de manejo e monitoramento.

Uma das formas de instigar a conservação e uso sustentável da biodiversidade é a visitação em UCs, que pode compreender tanto o turismo como a recreação local. O uso público nessas áreas protegidas suscita o debate sobre diferentes instrumentos de planejamento e gestão que exercem influência no contexto atual de políticas públicas de turismo e de proteção da natureza (Rodrigues, 2009). Como Vallejo (2013) aponta, as áreas protegidas ofertam aos visitantes inúmeros usos, que podem ser passíveis de gerar impactos ou não, portanto, para que sejam de fato efetivas e usufruir de tais benefícios, as atividades de uso público devem ser planejadas de acordo com os objetivos da UC. Algumas categorias de UCs têm como objetivo a visitação pública, gerando assim, alternativas econômicas para as populações locais, colaborando para o desenvolvimento local além do apoio do público para a sua proteção.

De modo geral, a perspectiva do desenvolvimento local necessita de uma integração do ecoturismo, de maneira compatível com as condições econômicas, sociais e naturais da unidade de conservação em questão com suas áreas de entorno. Através de um processo de planejamento e gestão constante da área protegida, que privilegie a construção de uma gestão participativa com as comunidades. É nesse cenário que o presente trabalho apresenta, com especial atenção, a promoção da preservação da biodiversidade das UCs. Pretende-se estudar a área de preservação ambiental (APA) Bemposta, situada no município de Três Rios, estado do Rio de Janeiro. Isso com vista a fornecer informações geradas para o desenvolvimento de programas de preservação da unidade de conservação, por meio do envolvimento da comunidade local através do uso público, com especial atenção ao ecoturismo gerando assim, o desenvolvimento local. O resgate histórico e cultural se fará presente nesse estudo.

1.1.1. Objetivo Geral

Gerar informações para diversos grupos da sociedade e órgãos governamentais, com o propósito subsidiar a elaboração de políticas e programas de conservação da APA Bemposta, por meio do envolvimento da comunidade local através do uso público, com especial atenção ao ecoturismo, com vista ao resgate histórico e cultural, gerando assim, o desenvolvimento local.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Compreender a importância das UCs para a preservação da biodiversidade;
- Expor as categorias de unidades de conservação no Brasil e suas possibilidades de uso;
- Buscar compreender a interação entre o uso público nas UCs e seus reflexos na preservação da biodiversidade e quanto ao desenvolvimento local do entorno, com especial atenção ao ecoturismo;
- Descrever a APA Bemposta quanto aos seus aspectos: físico, geográfico, político e administrativo;
- Realizar o resgate histórico-cultural do território dado pela APA Bemposta, com especial atenção à dinâmica local quanto as atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade local.

1.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo pretende estudar a APA Bemposta quanto aos seus aspectos físico, geográficos, histórico, cultural, político e administrativo. Tendo em vista propiciar informações para subsidiar a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Três Rios, que carece de informações quanto a evolução do uso e ocupação do solo no que concerne às atividades produtivas naquele espaço e seus reflexos na biodiversidade local. Nesse sentido, o levantamento de dados, por meio da pesquisa documental e bibliográfica, com especial atenção ao uso da história oral, possibilitará resgatar o processo de evolução histórica local com vista à compreensão da dinâmica local. Espera-se que essas informações permitam a tomada de decisão sob a perspectiva estratégica da Secretaria por meio de política na esfera ambiental que vise a preservação da biodiversidade, bem como o desenvolvimento local, haja vista a importância em se valorizar o resgate histórico-cultural por meio do uso público, com especial atenção ao ecoturismo. Com vista de lançamento de estratégia para assegurar junto

com os demais dados levantados, permitirão gerar informações para se compreender a dinâmica local dada pela área protegida e, com vista a elaboração e implementação de um programa específico a essa UC.

1.3 RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A relevância da pesquisa encontra-se no estudo, através da história oral armazenada na memória dos moradores de Bemposta, realizar um resgate histórico-cultural com vista à compreensão da dinâmica local. Além de analisar a Área de Preservação Ambiental Bemposta quanto aos seus aspectos físico, geográfico, histórico, cultural, político e administrativo. As informações geradas por esse estudo permitam a tomada de decisão sob a perspectiva estratégica da Secretaria por meio de política na esfera ambiental que vise a preservação da biodiversidade, bem como o desenvolvimento local, haja vista a importância em se valorizar o resgate histórico-cultural por meio do uso público, com especial atenção ao ecoturismo.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Importância das Unidades de Conservação para a Biodiversidade

Um dos grandes desafios da humanidade é lidar com a ‘crise ambiental’ que atinge grande parte dos países em desenvolvimento. O mundo vem sofrendo uma gradativa perda de sua diversidade biológica, além de sofrer com problemas relacionados ao aquecimento global, à escassez de água potável e ao aumento desenfreado da população mundial.

A elevação da temperatura do planeta se transformou em uma das principais preocupações mundiais. De acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC), as temperaturas do ar e da superfície do mar devem aumentar nos próximos 30 anos em todo o mundo. Ainda segundo o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, “*estamos perdendo a batalha contra a mudança climática*”. Guterres, durante a Cúpula do Clima, pediu o fim da construção das usinas de carvão a partir de 2020 em todo o mundo, além da anulação gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis e uma mudança rápida para fontes de energias renováveis, como solar, eólica e geotérmica.

Um relatório, liderado pela Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), demonstrou a forte correlação entre as

mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e o bem-estar humano. As mudanças climáticas são identificadas como um dos principais motores da perda de biodiversidade, alterando já todas as partes da natureza. Do mesmo modo, a perda de biodiversidade contribui para as mudanças climáticas, por exemplo, quando destruímos florestas, emitimos dióxido de carbono, o principal gás de efeito estufa (Clima Info, 2019).

O Brasil contém mais de 13% da biota mundial (Lewinsohn & Prado 2006), possuindo cinco importantes biomas e tendo dois *hotspots* de biodiversidade (o Cerrado e a Mata Atlântica) e a maior área úmida tropical do mundo (o Pantanal). De acordo com Peres, o Brasil possui o maior sistema fluvial do mundo, sendo a bacia amazônica, responsável pela maior biodiversidade terrestre e de água doce do Brasil.

No entanto, no ano de 2019, o Brasil enfrentou um acréscimo no número de incêndios na Amazônia. Segundo o relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE 2019) houve 78.383 incêndios neste ano, quase metade deles apenas em agosto. Verificou-se um aumento de 82% na incidência de focos de incêndio até agosto de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018.

Um relatório divulgado pelo Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina (MAAP) publicou um mapa inédito que liga o desmatamento de 2019 aos focos de incêndio, as áreas que foram desmatadas ao longo de 2019 e incendiadas em agosto com a finalidade concluir sua conversão para uso agrícola. Pelo menos 125.000 hectares (o equivalente a 172.000 campos de futebol) foram desmatados desde o início de 2019 e depois queimados em agosto, segundo o relatório. (El País, 2019)

Tendo em vista a macroeconomia, um dos principais motivos da degradação ambiental é a busca pelo crescimento econômico. No Brasil, os períodos de expansão econômica têm sido ligados ao acúmulo de riqueza por uma pequena fatia da sociedade, além do acréscimo no desmatamento e degradação do ambiente. Segundo Leonard (1992), a relação entre pobreza e degradação ambiental ocasiona um processo ascendente de deterioração ecológica que põe em risco a segurança física, o bem-estar econômico e a saúde de muitas pessoas mais pobres do mundo.

Observou-se essa correlação entre a pobreza e programas inadequados de governo com o desmatamento em massa quando, a partir da década de 70, o Governo Federal implementou um projeto de expansão das suas fronteiras agrícolas dentro da região amazônica. O governo,

visando a ocupação de terras no interior do país, ofereceram incentivos fiscais para transferir as atividades agropecuárias de muitos fazendeiros sulistas para as do Cerrado, Pantanal e da porção sul da Amazônia. Nesse processo de implantação das culturas de soja, milho, trigo e arroz a paisagem natural sofreu grande modificação. E, foram normalmente utilizadas técnicas de desmatamento de grande impacto ambiental, onde toda a vegetação nativa foi rapidamente excluída (CNPM, 2001).

Desde os séculos XVIII e XIX na Europa, como resultado do período de grande desenvolvimento do modo de produção capitalista, foi introduzida a preocupação com a proteção dos ambientes e seus recursos naturais. Várias medidas para tal foram adotadas desde então para a conservação das espécies, dentre as quais se destacam as UCs. Tendo seu conceito embasado no ideal de áreas naturais protegidas, ou seja, áreas intocadas e intocáveis criadas inicialmente para a contemplação. Aqui no Brasil, André Rebouças no século XIX iniciou esforços para criar parques nacionais no Brasil tendo como inspiração o marco da atual política de conservação dos recursos naturais – a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. Entretanto, data de 1937 a criação do primeiro parque nacional brasileiro: o Parque Nacional de Itatiaia.

Desde então, a função dessas áreas protegidas e o seu papel na sociedade foram se modificando ao longo dos anos. Apenas a partir de meados do século XX a conservação da biodiversidade se tornou um objetivo explícito das unidades de conservação (MMA, 2001). Envolvendo, assim, muito mais do que a questão de beleza cênica a ser preservada, tendo agora em conta a proteção dos ecossistemas, da fauna e flora. Além de compreender a relação entre sociedade e natureza.

No Brasil as UCs têm se difundido como uma das principais estratégias para conservação da natureza. Segundo dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), o Brasil conta com cerca de 2.376 em nível federal, estadual e municipal, ocupando uma área de 254.932.961 hectares. Sendo essas áreas protegidas e estabelecidas em ecossistemas significativos do território nacional, pelo Governo Federal e pelas unidades da federação, através dos respectivos governos Estaduais e Municipais, em seu âmbito administrativo (Barcelos, 1999).

No final da década de 90 foi desenvolvido no Brasil um mapa de áreas prioritárias para conservação. Segundo o MMA, trata-se de um instrumento de política pública para apoiar a tomada de decisão, de forma objetiva e participativa, no planejamento e implementação de ações como criação de unidades de conservação. Foi realizada uma ampla análise, com informações biológicas, físicas e socioeconômicas, que contou com especialistas em todos os grupos de biodiversidade. Essa estratégia tem duas abordagens principais: a identificação de áreas de elevada importância biológica e de áreas sob forte pressão antrópica.

As UCs detêm um importante papel na manutenção da diversidade biológica, possuindo um vasto potencial para proporcionar proveitos consideráveis ao bem-estar humano e ao desenvolvimento do país de forma racional e sustentada. As UCs são áreas voltadas à conservação de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas voltados a preservação tanto do território nacional quanto das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Contribuindo dessa forma, para a proteção das espécies ameaçadas de extinção, na esfera local bem como na esfera nacional. Além de ser responsável por fomentar desenvolvimento de pesquisas, estimular o uso sustentável dos recursos naturais e favorecer condições para a educação ambiental e uso público.

2.2. Unidades de Conservação no Brasil: histórico e suas categorias

A compreensão social em relação a preservação do meio ambiente tem se acentuado nos últimos tempos. A quantidade de UCs e a extensão por elas protegida vêm aumentando em larga escala nas últimas décadas no Brasil, nos três níveis de governo. Esse crescimento é de extrema importância para garantir a conservação da biodiversidade, sobretudo em um país como o Brasil. As UCs são um tipo especial de área protegida, ou seja, espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).

A primeira área natural ou UC foi decretada nos Estados Unidos da América em 1864, de acordo com Greene (1987). A criação do Parque Nacional de Yellowstone que é considerado então, o marco fundador da moderna política de UCs. Já no Brasil, a primeira

proposta registrada de criação de parques nacionais data de 1876 feita por parte do engenheiro André Rebouças (1838-1898), que sugeriu a criação de dois parques nacionais: um na Ilha do Bananal, rio Araguaia, e outro em Sete Quedas, rio Paraná (Dean,1996; Pádua,2002). No entanto, os primeiros parques nacionais brasileiros surgiram apenas na década de 1930, 60 anos depois das propostas de Rebouças: Itatiaia, criado em 1937, Iguaçu e Serra dos Órgãos, criados em 1939. Desde então, os parques nacionais multiplicaram-se por todo o planeta e são hoje o tipo mais conhecido e tradicional de espaço natural protegido. Inúmeros objetivos foram sendo agregados às UCs ao longo do tempo, que se distribuíram em diversas categorias, para atender a objetivos distintos, dentro da meta mais geral de proteção à natureza (Drummond *et al* 2010).

O primeiro Código Florestal, elaborado em 1934, categorizava as florestas nativas e as não nativas em quatro tipos: ‘protetoras’ e ‘remanescentes’ (ambas sob regime de preservação permanente), e ‘modelo’ e ‘produtivas’ - ambas passíveis de exploração comercial (Brasil 1934). As Áreas de Preservação Permanente (APPs)¹ foram antecedidas pelas florestas protetoras, as florestas modelos eram aquelas manipuladas e/ou plantadas para fins comerciais e serviram de base para as florestas nacionais e das grandes extensões de florestas plantadas em áreas particulares para fins comerciais. Com base no Código Florestal de 1934, foram criados, ao longo de três décadas, vários parques nacionais, florestas nacionais e florestas protetoras de mananciais e encostas – estas últimas mais conhecidas pelo nome não oficial de ‘Florestas Protetoras da União’ (Drummond; Barros-Platiau, 2006).

No ano de 1965 foi criado o Código Florestal nacional que foi introduzido o Código de Fauna (Lei n o 5.197, de 3 de janeiro de 1967), produziram a criação de UCs de uso indireto - parques nacionais, estaduais, municipais e reservas biológicas -, que não permitiam o uso dos recursos naturais, e as de uso direto - florestas nacionais e parques de caça -, que permitiam a exploração direta dos recursos naturais (Brasil 1965). Já o novo Código Florestal de 2012 estipula normas gerais sobre a Proteção da Vegetação Nativa, incluindo Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais, o controle

¹ APPs – Área protegida, que possui a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade.

e prevenção dos incêndios florestais, e a previsão de instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos (EMBRAPA 2019).

Mais categorias de UCs foram implementadas pela Lei no 6.902, de 27 de abril de 1981: as estações ecológicas e as áreas de proteção ambiental. O Decreto no 89.336, de 31 de janeiro de 1984, criou duas categorias a mais: as reservas ecológicas e as áreas de relevante interesse ecológico. Estas últimas foram reconhecidas como UCs pela Resolução nº 12, de 14 de dezembro de 1987, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). As reservas extrativistas só foram reconhecidas como UCs por intermédio do Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Após várias iniciativas similares, porém inconclusivas, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), foi instituída, pelo Decreto 1.992, de 5 de junho de 1996, a categoria reserva particular do patrimônio natural, modalidade de UC criada em terras particulares, por iniciativa dos seus proprietários (Drummond & Barrosplatiau 2006). Havia, ainda, outras UCs com denominações e finalidades diversas, criadas nas esferas de governo federal, estadual e municipal.

Quadro 1: Número e área das unidades de conservação no Brasil de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9.985/2000.

Tabela consolidada das Unidades de Conservação								
Fonte: CNUC/MMA - www.mma.gov.br/cadastro_uc								
Atualizada em: 01/07/2019								
Tipo / Categoria	Esfera						TOTAL	
	Federal		Estadual		Municipal			
Proteção Integral	Nº	Área (Km²)	Nº	Área (Km²)	Nº	Área (Km²)	Nº	Área (Km²)
Estação Ecológica	30	72.088	59	47.506	5	40	94	119.634
Monumento Natural	5	115.314	33	962	21	161	59	116.437
Parque Nacional / Estadual / Municipal	74	268.207	222	95.384	172	814	468	364.405
Refúgio de Vida Silvestre	9	2.984	52	3.180	13	205	74	6.369
Reserva Biológica	31	42.664	27	13.523	8	51	66	56.238
Total Proteção Integral	149	501.258	393	160.554	219	1.270	761	663.083
Uso Sustentável	Nº	Área (Km²)	Nº	Área (Km²)	Nº	Área (Km²)	Nº	Área (Km²)
Floresta Nacional / Estadual / Municipal	67	178.159	41	135.864	0	0	108	314.023
Reserva Extrativista	66	135.087	29	19.511	0	0	95	154.599
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	1.026	32	111.250	5	171	39	112.447
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	37	897.220	198	341.670	127	59.293	362	1.298.183
Área de Relevante Interesse Ecológico	13	341	30	628	15	199	58	1.167
RPPN	670	4.885	281	944	2	0	953	5.829
Total Uso Sustentável	855	1.216.717	611	609.866	149	59.663	1615	1.886.247
Total Geral	1004	1.717.976	1004	770.420	368	60.933	2376	2.549.330
Área Considerando Sobreposição Mapeada	1004	1.712.051	1004	763.821	368	60.854	2376	2.502.092

Obs1: Quando a UC que não tem informação georeferenciada disponível é utilizada a área do ato legal para o cálculo de área.

Obs2: Os dados do CNUC estão em constante atualização. Ao utilizá-los sempre citar a data.

Notas de Versão: 70 novas UCs, 60 alterações maiores que 10ha, 3 extinções para criação do Parque Estadual das Trilhas na Paraíba (PE ARATU, PE JACARAPÉ, PE TRILHAS DOS CINCO RIOS), incremento de 2.525km² descontadas as sobreposições. Os órgãos gestores estaduais de MG e RO fizeram vários ajustes nos shapefiles de suas UCs.

FONTE: MMA Brasil, 2019.

Dessa forma, o Brasil chegou à década de 1990 com diversas categorias de áreas naturais protegidas. No entanto, ainda carecia de leis e diretrizes de gerenciamento que garantissem eficácia a essa variedade de categorias. A vista dessa necessidade de leis e diretrizes de gerenciamento, que garantissem eficácia a essa variedade de categorias, criou-se a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC -, e dá outras providências. Assim, o objetivo específico da Lei do SNUC foi estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs. Por conseguinte, as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos. Eles diferem entre si de acordo com os objetivos que buscam atingir, sendo eles: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável.

As UCs de Proteção Integral têm regras e normas mais restritivas sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, não podendo ser habitadas pelo homem. Só são permitido atividades como, por exemplo, pesquisa científica e turismo ecológico. Subdivide-se em cinco categorias, sendo elas:

- Estação Ecológica - A sua criação ocorre por ato do poder público, que deve ser precedido de estudo técnico. Por serem áreas de domínio público, áreas particulares porventura dentro dos seus limites deverão ser desapropriadas
- Reserva Biológica – Sendo permitida visitação pública somente quando houver objetivo educacional. Além disso, há a exceção de intervenção, são as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
- Parques Nacionais- No Brasil, os Parques Nacionais são a mais popular e antiga categoria de UC.
- Monumento Natural - São permitidas a visitação pública e as atividades científicas, mas devem seguir as normas estabelecidas pelo órgão administrador da unidade, pelo Plano de Manejo e demais regras previstas no regulamento do monumento (O Eco 2015; ICMBIO 2019).

Quadro 2: Categorização das Unidades de Conservação de Proteção Integral de Acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9.985/2000.

Categorias	Objetivos
Estação Ecológica	Parque da natureza e realização de pesquisas científicas.
Reserva Biológica	Preservação integral de todos os seres vivos e os recursos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais.
Parque Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e de turismo ecológico.

Monumento Natural	Tem como objetivo preservar a integridade de um elemento natural único, de extrema raridade ou beleza cênica. Como outros da categoria de proteção integral a modificação dos aspectos naturais por intervenção humana é proibida.
Refúgio da Vida Silvestre	Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Fonte: Barbosa, 2017

Já as UCs de Uso Sustentável visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, admitem a presença de moradores em seus limites. Dentro do grupo das UCs de uso sustentável existem sete categorias, sendo elas:

- Área de Proteção Ambiental (APA) – configura-se como uma extensa área natural destinada à proteção e conservação dos atributos bióticos (fauna e flora), estéticos ou culturais ali existentes, importantes para a qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais. A APA pode ter um conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.
- Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) – apresenta-se como uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, protegida por suas características naturais singulares ou por abrigar exemplares raros da fauna e flora de uma região.
- Floresta Nacional – É de posse e domínio público, e quando é criada as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. No entanto, como uma área protegida de uso sustentável, admite que as populações tradicionais que já a habitavam permaneçam, desde que incluídas no regulamento e no Plano de Manejo da unidade. A visitação pública e a pesquisa científica são permitidas, condicionadas às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão.
- Reserva de Fauna – É proibida na área a prática da caça amadorística ou profissional. No entanto, é permitida a comercialização dos produtos e

subprodutos resultantes das pesquisas, desde que obedecem ao disposto na legislação brasileira sobre fauna.

- Reserva de Desenvolvimento Sustentável - Seus objetivos encontram-se em assegurar as condições para a reprodução e a melhoria dos modos de vida das populações tradicionais que nela habitam, inclusive na exploração de recursos naturais. Além visa valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por estas populações. As RDS são áreas de domínio público que permitem o convívio com populações tradicionais, no entanto, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas. O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais é regulado por um contrato de concessão e um termo de compromisso, que devem estar de acordo com o Plano de Manejo da unidade.
- Reserva Extrativista (RESEX) – É proibida na área a prática da caça amadorística ou profissional. A exploração comercial de recursos madeireiros é limitada em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na reserva, conforme o disposto em regulamento e no seu Plano de Manejo.
- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) - A iniciativa para criação de uma RPPN é ato voluntário de pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de imóveis rurais ou urbanos que demonstram um potencial para a conservação da natureza. Uma vez que uma área se torna uma RPPN, embora o direito de propriedade se mantenha, ele não pode mais voltar atrás, o status de área protegida priva é perpétuo. Além da conservação da área natural, o proprietário da área reconhecida como RPPN desfruta de benefícios, tais como: a isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) referente à área; a possibilidade de explorar e desenvolver atividades de ecoturismo e educação ambiental, desde que previstas no seu plano de manejo; a possibilidade de formalizar parcerias com instituições públicas e privadas na proteção, gestão e manejo da área; e preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola, junto às instituições oficiais de crédito (O Eco 2015; ICMBIO 2019).

Quadros 3: Categorização das Unidades de Conservação de Uso Sustentável de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9.985/0

Categorias	Objetivos
Área de Proteção Ambiental (APA)	Conservação de processos naturais e da biodiversidade, através da orientação, do desenvolvimento e da adequação das várias atividades humanas às características ambientais da área.
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas.
Floresta Nacional	Áreas com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas com proteção especial do Estado. E têm como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica.
Reserva de Fauna	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnicos científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações. Essas técnicas tradicionais de manejo estão adaptadas às condições ecológicas locais e desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
Reserva Extrativista (RESEX)	Áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	São áreas privadas com o objetivo de conservar a diversidade biológica, a proteção de recursos hídricos, o manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, atividades de ecoturismo, educação, manutenção do equilíbrio climáticos e ecológico, bem como a preservação de belezas cênicas e ambientes históricos.

Fonte: Barbosa, 2017

A Lei nº 9.985/2000 (SNUC) ainda prevê no Art. 27 que “*As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo*”. Que pode ser definido como um processo de planejamento explícito em um documento técnico, no qual tem seus fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelecendo seu zoneamento e as normas

que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica social das comunidades vizinhas. Através dele, é consolidado também o uso e a ocupação do solo da propriedade, impondo restrições ao mesmo. Ainda, de acordo, com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), a partir das atividades realizadas em cada UC, é feito um planejamento de como as mesmas podem ser realizadas respeitando o Plano de Manejo da unidade, de modo a garantir a conservação dos recursos naturais, e atender aos requisitos legais ambientais.

2.3. Relação entre Sociedade e Natureza nas Unidades de Conservação: uso público e ecoturismo

As UCs protegem a diversidade biológica se constituindo em uma das principais formas que o governo pode intervir na tentativa de diminuir a perda da biodiversidade, devido aos impactos negativos e a grande degradação do ambiente natural. Atualmente, essas áreas simbolizam também um importante instrumento para manutenção dos serviços ambientais que são de grande importância para os seres humanos, como a regulação da quantidade e qualidade de água para consumo, o equilíbrio climático e manutenção da qualidade do ar e base de banco genético sendo possível produzir medicamentos. Um outro ponto importante quando se fala das áreas protegidas é o fato de que elas promovem a geração de renda, estimulando assim, o desenvolvimento regional e local quando o seu uso público é estimulado (Drumond, 2002).

É possível constatar a gradativa justaposição de usos e ocupações do solo que não são compatíveis com a manutenção da qualidade dos recursos naturais. Isso se deve ao fato do rápido crescimento da população nas áreas urbanas, além do aumento do valor do solo urbano, prejudicando assim, o acesso da população de baixa renda ao mercado formal de acesso à moradia. Como evidencia Cavalcanti (2003, p., 364): *“o problema ambiental é uma consequência de como a sociedade está estruturada”*. Nessa perspectiva, surge uma das maiores problemáticas urbanas da contemporaneidade: o déficit habitacional e a consequente ocupação em áreas de fragilidade ambiental e protegidas.

A proposta de delimitação de áreas protegidas sem ocupação humana, presente na criação dos primeiros parques nacionais, foi gradativamente modificada pela inexorável presença da

sociedade no espaço que se pretendia proteger. A criação das UCs sem o envolvimento real das comunidades e sem o empreendimento de mudanças nos quadros social e econômico locais tem sido o ponto frágil de muitos programas de conservação, podendo ser um gerador de tensões sociais. Por isso, é essencial um plano de manejo nessas áreas, de forma com que as UCs funcionem como articuladoras e catalisadoras de um processo de desenvolvimento rural que integre os serviços sociais e ambientais, através do fortalecimento comunitário e da difusão da informação. Além disso, devem fazer parte de programas regionais de ordenamento territorial e desenvolvimento local (Drumond, 2002).

Para que os gestores tenham a possibilidade de efetivar as ações contidas nos planos de manejo, de forma que através disso haja um uso racional, seguro e pouco impactante torna-se necessário a consolidação do uso público, que é essencial para a gestão das UCs. Consta-se então a necessidade de uma equipe gestora com competências para conduzir os diferentes conflitos que os usos possam gerar, e com isso, vir a comprometer a biodiversidade do território em questão.

A gestão ambiental desempenha um papel de extrema importância para que o uso público seja eficiente. É fundamental que o plano de manejo seja planejado, construído e implementado em uma gestão respaldada em conceitos que levem em conta as interações entre sociedade e natureza, bem como a aplicação da ciência e do conhecimento tradicional, objetivando equacionar conflitos relacionados à disponibilidade, à vulnerabilidade e à preservação dos recursos ambientais (Bursztyn & Bursztyn 2012).

Gestão ambiental, portanto, é vista aqui como o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal. (op. cit, p. 30) (QUINTAS, 2005).

Para Vallejo (2015), o uso público deve ser interpretado como estratégia de valorização social das próprias áreas protegidas. Dentro disso, o meio ambiente pode assumir uma posição multifacetada, não se restringindo apenas ao meio natural, abrangendo também o meio artificial, cultural e do trabalho. Quanto ao aspecto da preservação, importante salientar que

não está se restringindo a somente preservar a fauna e a flora como bens naturais, mas também a conservação de outros como os artificiais, culturais e patrimoniais (Tonial, 2014).

Ao longo dos anos, a visão de preservação e valorização de bens naturais, assim como aqueles considerados de valor cultural, foi se tornando cada vez mais relacionada aos objetivos de desenvolvimento da indústria do turismo. Assim foi se solidificando o ecoturismo, que cada vez mais se dirige às UCs de uso sustentável. O termo ‘ecoturismo’ teve sua origem na década de 60 do século passado, pois foi usado para "*explicar o intricado relacionamento entre turistas e o meio ambiente e culturas nos quais eles interagem*" (Hetzer, 1965 *apud* Fennell, 2002, p. 42). Assim, as comunidades presentes nas categorias de UC de uso sustentável, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em especial nas Reservas Extrativistas (RESEX) e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), passam a representar interessantes aliados para a implantação da atividade. Todavia, a despeito do ecoturismo ser um meio usado em prol do desenvolvimento sustentável, algumas comunidades não têm conquistado as vantagens previstas, pois o objetivo colocado em ação tem sido o lucro instantâneo e não o desenvolvimento através das convicções adotadas pelo ecoturismo. De acordo com Monz *et al.* (2010), a recreação ao ar livre e o ecoturismo têm sido reconhecidos como agentes de mudanças ecológicas nos sistemas naturais, com potencial para afetar o solo, a vegetação, a qualidade da vida selvagem e a água.

Se por um lado o turismo sustentável pode contribuir com a degradação ambiental, em particular atividades turísticas com carência de organização e um desempenho inadequado. Os quais seguramente irão colaborar para o empobrecimento ambiental e ecológico e para a pobreza econômica e sociocultural (Van Dyke, 2008). Por outro lado, o ecoturismo sobretudo o de base comunitária, tem uma significativa importância nos processos de educação, não apenas de turistas como também para as populações locais (Pereira; Campos 2009; Machado 2010). Além disso, pode ser muito importante como elemento de fiscalização, contribuindo para a conservação e recuperação de espaços naturais e culturais locais (Terborgh *et al.*, 2002; Weaver; Lawton, 2007; Ramchurjee, 2013). Dessa forma, os visitantes contribuem no desenvolvimento de sensibilização política e social para a criação de leis e atração de investimentos que protejam esses espaços e ademais de contribuir para a melhoria da consciência ambiental de visitantes e moradores. De acordo com Irving (2001), ainda hoje o modo de vida, o patrimônio natural, histórico e cultural dessas comunidades é pouco

conhecido para efeito de planejamento. Percebe-se então a importância de se conhecer as raízes da própria cultura e história do local para que haja a formação de identidade da comunidade. A atividade ecoturística, portanto, deve levar em consideração um planejamento adequado para o local, que contribuirá para a diminuição dos impactos ambientais causados na fauna e flora.

O desenvolvimento local é um conceito onde a comunidade local, com representantes de todos os setores trabalham juntos para estimular atividades comerciais locais, resultando em uma economia forte e sustentável de forma participativa. É importante salientar que o desenvolvimento local não está associado unicamente com crescimento econômico, mas, também está atrelado ao bem-estar de uma determinada população e com a conservação do meio ambiente, sendo ele de extrema importância para o desenvolvimento local, pois é essencial sua proteção para as gerações futuras. Conforme Brandon (1993) elucida, é importante que se atente para qual tipo de participação ocorrerá nesse processo. Ela distingue dois tipos de abordagem: a beneficiária e a participativa. A primeira constitui-se na admissão de forma passiva da população local, através da oferta de empregos, remuneração compensatória devido a algum possível problema causado pela iniciativa. Já a abordagem participativa, visa abranger a comunidade de forma que elas sejam agentes ativos, gerenciem os recursos, tomem decisões e controlem as atividades que afetam a sua vida. Entretanto segundo Brandon (1993), a grande parte dos projetos de introdução ecoturística segue a abordagem beneficiária, o que não implica no verdadeiro engajamento e participação dos locais.

2.4. Breve Abordagem sobre Território: territorialidade e identidade cultural

Conforme Raffestin (1993, p. 143), o território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. O território é formado historicamente, aludindo a diferentes circunstâncias e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Portanto, não se reduz à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, “*um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais*” que se projetam no espaço. Assim, dá-se a importância para que o território seja analisado sob diferentes aspectos – geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica –, os quais são percebidos, cada um, de acordo com suas abordagens específicas (Lages, 2004).

A valorização do território é um processo que engloba dois mananciais de recursos: social e natural. (Raffestin, 1993). Esse processo de valorização do território se dá, portanto, no âmbito de dois circuitos ecológicos: um social e outro natural (Santos, 1997). Ainda, o território pode assumir significados distintos de acordo com sua formação socioespacial. Ao passo que no mundo ocidental o seu conceito está atrelado à base física dos Estados, o qual inclui o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais. Nas sociedades indígenas, o essencial é a ligação e identidade com a Terra-Mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica.

O território estabelecido como espaço social criado e determinado por um entorno que o ordena é construído como representação: como tal, pode ser uma ferramenta, um recurso do desenvolvimento econômico e social. Assim, entende-se que é incluído no processo do planejamento as diferentes dimensões do território destacando sua complexidade (Gehlen e Riella, 2004). De acordo com Haesbaert (2002) o conceito de território é fragmentado em três essências básicas, sendo esta divisão somente para um entendimento didático pois sua manifestação no espaço é complexa e se desenvolve, muitas vezes, de forma simultânea. São elas:

- a) A econômica constitui-se pelas suas formas de organização espacial dos processos sociais de produção (o que, como e quem nele produz), de consumo e de comercialização. Sendo entendido como a fonte dos recursos materiais que podem auxiliar na reprodução capitalista do espaço, seja ele o território do petróleo, dos metais preciosos, da água ou da madeira. Diante disso, trata-se de quem detém o poder sobre os recursos e do seu valor perante o mercado;
- b) A política, que se refere às relações de espaço-poder ou limites fronteiriços espaciais. Dessa forma, o Espaço é percebido por seus limites territoriais fixados e controlados pelo poder institucional representado pelo Estado;
- c) A sociocultural, que prioriza a dimensão simbólica e subjetiva de apropriação espacial. Na dimensão sociocultural, ele é feito e refeito de acordo com os usos que se fazem do espaço. Toda sociedade precisa organizar o território que ocupa.

Segundo Silva *et al.* (2009), os territórios são configurações espaciais em que são realizadas relações de poder e afeto sobre o mesmo que, por sua vez, determinados grupos vão se identificar e criar raízes sobre o lugar ao qual está inserido, essas raízes, podem ser, mutáveis e se expandir além do território ao qual o grupo exerce o poder, podendo assim ocorrer em vários lugares. As constantes alterações geográficas propõem que esse território se (re)organize de acordo com as novas propostas para que, posteriormente, seja outra vez (des)arranjado para se ordenar novamente. Desta forma, na des-territorialização acontece a supressão dos limites, das fronteiras, como afirma Raffestin (1984), a perda de vínculos e relações com o lugar de moradia, pessoas, objetos, ruas. Na re-territorialização, dá-se uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas das suas características, tanto no nível da economia como da política e da cultura. Quanto ao processo de desterritorialização:

Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades. Dependendo da concepção de território muda, consequentemente, a nossa definição de desterritorialização. (Haesbaert, 2009, p. 35).

Dentro disso, a territorialidade segundo Raffestin (1993), é mais do que uma simples relação homem-território. É além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Assim sendo, territorialidade que foi usualmente entendida como princípio jurídico vinculado à base territorial dos Estados é entendida atualmente como mais do que isso. Dessa forma, a territorialidade seria *"um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (Raffestin, 1993:160)"*.

O conceito de territorialidade, portanto, trata-se da forma que um indivíduo ou grupo social se relaciona com seu meio de referência. Isso se manifesta dentro das diversas escalas geográficas em que pode ser externado um sentimento de pertencimento e uma maneira de agir dentro de um determinado espaço geográfico. Se por um lado, a territorialidade no âmbito individual está restrita ao espaço pessoal imediato - que em vários contextos culturais é visto com um espaço inviolável. Por outro, quando se leva em conta a escala coletiva a

territorialidade transfigura-se também um meio de nortear as interações sociais e fortalecer a identidade do grupo ou comunidade. Portanto, a territorialidade contempla o vivido territorial em todas as suas inúmeras dimensões, dentre elas: cultural, política, econômica e social (Lages, 2004).

A produção de identidades territoriais se manifesta em escalas variadas, das nações, regiões, aos espaços sociais nas cidades, territorialidades muitas vezes marcadas pela segregação ou pelo auto segregação (Haesbaert 1999). Estas territorialidades podem também ser projetadas por práticas sociais (festas, rituais), pelo mercado (enclaves homogêneos de consumo), ou por estratégias e discursos políticos (valorização e institucionalização de paisagens e monumentos), lembrando que o sujeito e o meio estão em contínua integração e são constitutivos um do outro (Berdoulay e Entrikim, 1998, p.118 *apud* Paes, 2009). O retrato do espaço pela população demonstra uma sequência de significados essenciais para o entendimento da realidade. É na paisagem que as heranças e memórias, tornadas patrimônio, ganham materialidade. É com o planejamento urbano do território, portanto, abrangendo à preservação do patrimônio cultural e ao uso turístico que irá acarretar um novo conjunto normativo referente a determinado espaço. E, apesar da preservação patrimonial tender a congelar os bens tombados, restringindo ou limitando mudanças formais ou funcionais, a valorização turística incorpora novos usos ao território (Paes, 2009).

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Área de Estudo

O município de Três Rios (Figura 1), localizado na região Centro-Sul Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, tem esse nome por estar situado próxima ao encontro de três importantes rios: Piabanha, Paraibuna e Paraíba do Sul. A referência mais remota sobre o território do município de Três Rios data do início do século XIX, quando Antônio Barroso Pereira obteve, por requerimento de 16 de setembro de 1817, 'terras de sesmaria no sertão entre os rios Paraíba e Paraibuna'. É no teor da concessão da referida sesmaria, exarada pela coroa portuguesa, que se identifica a origem da primeira toponímia do município 'Entre-Rios' (Prefeitura de Três Rios, 2015).

A Microrregião de Três Rios é composta pelos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios (Silva, 2015, pg 18). O município está inserido parcialmente na região hidrográfica Centro-Sul Fluminense Médio Paraíba do Sul

pertencente ao Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) Médio Paraíba do Sul e na região hidrográfica do Piabanha pertencente ao CBH do Piabanha (Comitê Piabanha *apud* Costa 2017). De acordo com o último censo do IBGE - 2010 -, a cidade de Três Rios possui uma população de 77.432 pessoas, e em 2019 uma população estimada de 81.804. Quanto ao seu território, segundo dados do IBGE 2018, possui uma extensão territorial de 322,843 km² e uma densidade demográfica de 237,42 hab/km². No que concerne às atividades industriais no município, destacam-se os seguintes setores: têxtil, alimentos e bebidas, minerais não-metálicos, metalurgia, madeira e mobiliário, papel e gráfico, extrativa mineral (AGEVAP *apud* Gomes 2013).

O município de Três Rios está inserido no bioma Mata Atlântica, e a vegetação predominante da microrregião ao qual faz parte é a Floresta Estacional Semidecidual Submontana, podendo encontrar outras vegetações (INEA 2011, *apud* Costa, 2017). Quanto às condições climáticas, o município possui um clima mesotérmico com verão quente e chuvoso e inverno frio e seco Segundo Gomes (2013) o período de estiagem do município encontra-se geralmente entre os meses de junho, julho e agosto, enquanto o período chuvoso foi de novembro a março. A região possui atualmente uma paisagem que é comumente observada na Mata Atlântica, pois apresenta uma reduzida cobertura florestal, dispersa em meio a pastagens, áreas agrícolas e urbanas (Ribeiro *et al.*, 2011).

O relevo é marcado pela transição entre a Serra da Mantiqueira e o Vale do Paraíba do Sul, suas formas são representadas por morros de topos arredondados cujas encostas são portadoras de ravinas profundas (PCH Cabuí *apud* Silva 2015). Quanto à pedologia, na região encontram-se Argissolos e Latossolos Vermelho Amarelos, desenvolvidos principalmente em materiais derivados de granitos, gnaisses e xistos, nas áreas de maior declive predominam os Neossolos Litólicos e Cambissolos (PCH Cabuí *apud* Silva 2015). O município é constituído por dois distritos: Três Rios e Bemposta. O foco desse estudo concentra-se no distrito de Bemposta. Segundo o censo de 2000, a sua população é de 3.632 habitantes. Concentrando, em sua grande parte, indústrias e fazendas históricas da região.

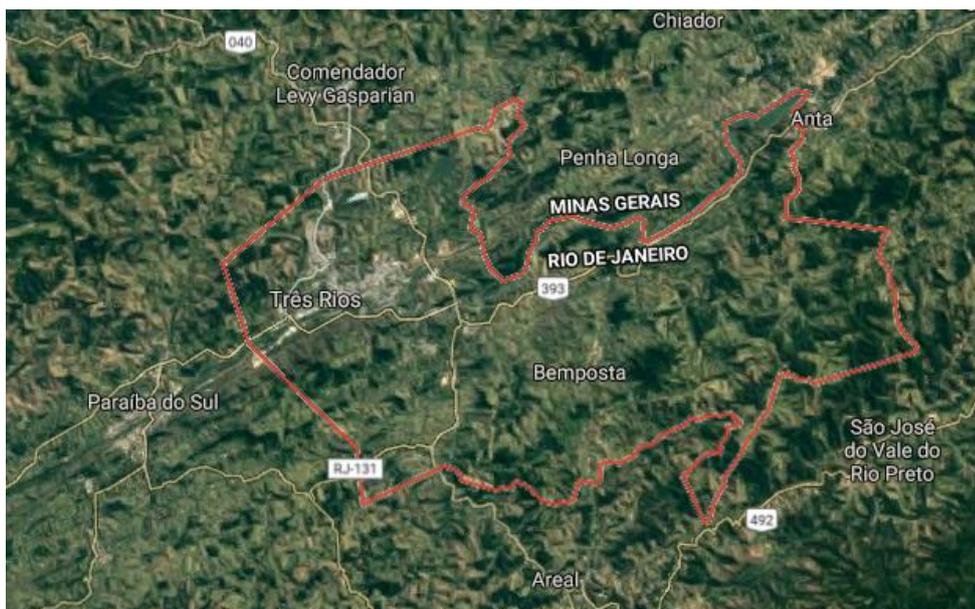


Figura 1. Município de Três Rios circulado em vermelho. Fonte: Google Maps 2019

Quanto as UCs, o município de Três Rios (Quadro 4) apresenta um total de sete UCs - sendo seis de âmbito municipal e uma de âmbito estadual - a única de âmbito estadual é o Refúgio de Vida Silvestre Estadual do Médio Paraíba (REVISMEP), o qual foi criado sob o Decreto Estadual nº 45.659, de 18 de maio de 2016.

O REVISMEP está localizado na Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul, abrangendo partes dos municípios de Resende, Itatiaia, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Barra do Piraí, Valença, Vassouras, Rio das Flores, Paraíba do Sul e Três Rios. Seu objetivo principal é a proteção das espécies ameaçadas da região do Médio Paraíba do Sul, a manutenção dos recursos hídricos, a restauração ecológica e a gestão do uso e ocupação do solo na área protegida e no seu entorno. Pretende-se assim, conciliar a conservação da biodiversidade ao desenvolvimento local, com o incremento de atividades de turismo, lazer, cultura e educação ambiental (INEA, 2018). No entanto tanto o REVISMEP (Figura 3) quanto as demais UCs municipais de Três Rios ainda não possuem um Plano de Manejo.

Quadro 4. Unidades de Conservação de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

Unidade de Conservação	Área (ha)	Grupo	Gestão
Área de Proteção Ambiental Bemposta	19.942,49	Uso Sustentável	Municipal
Área de Proteção Ambiental Lago do Caça e Pesca	32,94	Uso Sustentável	Municipal
Área de Proteção Ambiental Vale do Morro da Torre	4.236,58	Uso Sustentável	Municipal
Área de Proteção Ambiental Santa-Fé	1.841,22	Uso Sustentável	Municipal
Parque Natural Municipal de Três Rios	26,20	Proteção Integral	Municipal
Monumento Natural Municipal Encontro dos Três Rios	267,53	Proteção Integral	Municipal
Refúgio de Vida Silvestre Estadual do Médio Paraíba	11.133	Proteção Integral	Estadual

Fonte: Elaboração própria baseado em Costa 2017

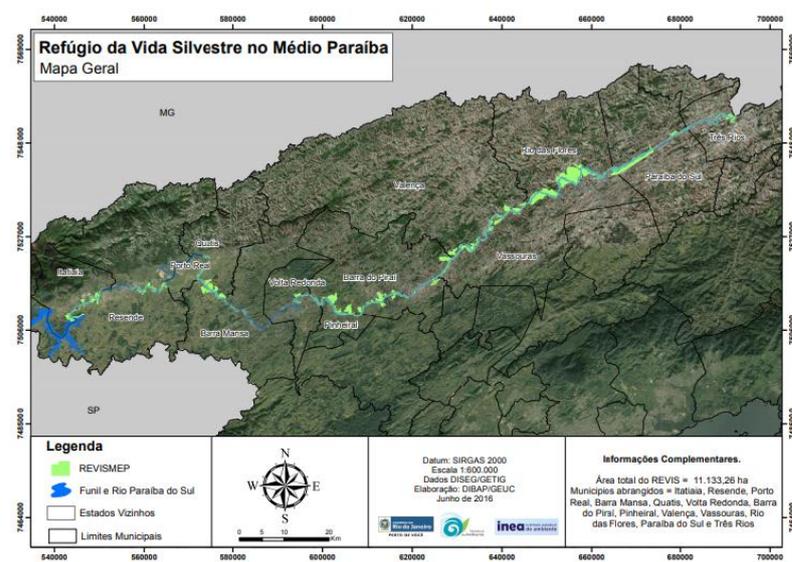


Figura 2. Localização da Unidade de Conservação Estadual Refúgio da Vida Silvestre do Médio Paraíba.

Fonte: INEA, 2018



Figura 3. Trecho do REVISMEP **Fonte:** INEA 2018

Quanto as suas UCs de âmbito municipal, foram criadas seis pelo governo municipal de Três Rios as quais correspondem a aproximadamente 80% do território do município. Em que quatro delas pertencem a categoria de uso sustentável e duas de proteção integral. Atualmente, essas UCs são geridas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura (SEMMA) de Três Rios (Costa 2017).

A APA Bemposta, o foco deste estudo, tem esse nome devido ao Distrito de Bemposta, que ocupa toda a sua área. Foi criada através do Decreto nº4599 de 15 de fevereiro de 2012 e de acordo com ele em seu artigo 1º, a APA é considerada uma UC de uso Sustentável. Além disso, em seu Artigo 2º, menciona a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura (SEMMA) como órgão gestor dessa UC.

Art. 1º- Fica criada a Área de Proteção Ambiental – APA BEMPOSTA, Unidade de Conservação de Uso Sustentável prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, [...]” (Decreto nº 4599, 2012, pag. 1).

A APA Bemposta é a maior área protegida do município possuindo uma área total de aproximadamente 199,42 km² (19,942 há) e 88.373m de perímetro (aproximadamente 61,42% do território municipal). Além disso, a APA se destaca como a que possui também maior cobertura florestal e fragmentos florestais dentre as outras UCs do município, apresentando uma porcentagem de 31,21 % de cobertura florestal. Embora sua extensão territorial seja grande, a APA apresenta um baixo contingente populacional, pequeno comércio e algumas

atividades industriais, além de galpões e fazendas de grande importância histórica para a região (Neto *et al.* 2015; Barbosa 2017).

Segundo Roberto Silvério Neto e colaboradores, a APA Bemposta é a que tem a paisagem propícia para a conservação da biodiversidade devido ao grande potencial ecológico que ela possui como morros e paisagens de beleza cênica, espécies animais e vegetais da mata atlântica. No entanto, é necessário que os responsáveis pela gestão das UCs realizem intervenções por meio de programas de manejo.

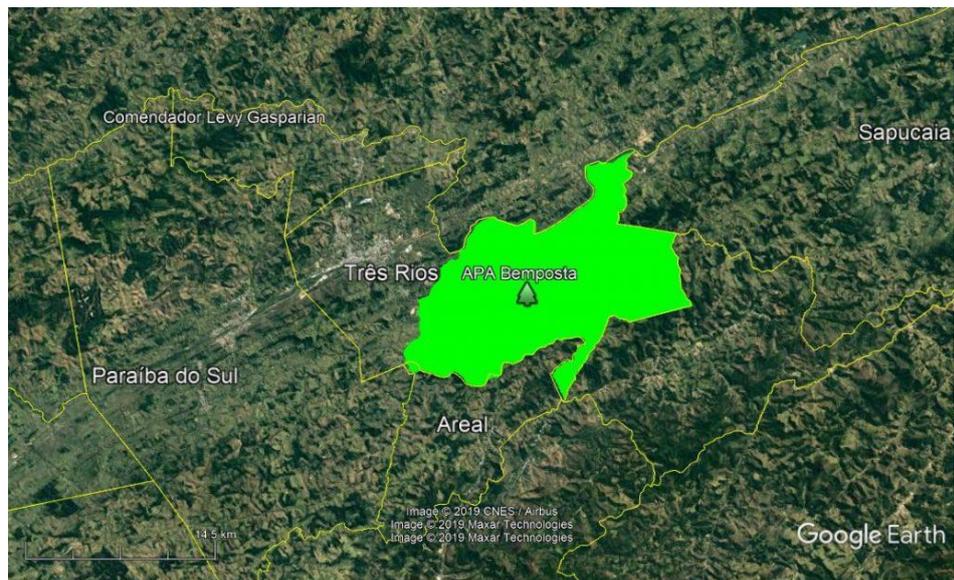


Figura 4. Localização da APA Bemposta

Fonte: Determinação Verde

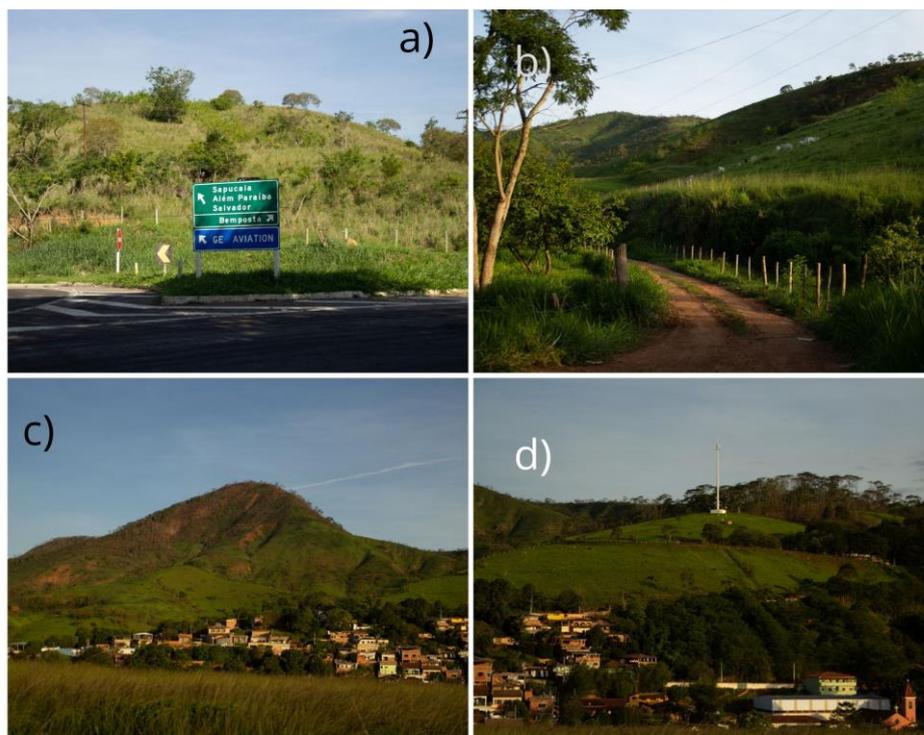


Figura 5. a) e b) placa de entrada da estrada e que dá acesso ao distrito de Bemposta; c) e d) imagens da região central do distrito de Bemposta.

3.2. TIPOLOGIA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento deste trabalho, de acordo com Vergara (2000) a pesquisa quanto aos fins é uma pesquisa de caráter exploratória, aplicada e descritiva. Exploratória, pois embora o distrito de Bemposta seja bastante rico historicamente e culturalmente, há poucos estudos sobre a região, principalmente em relação aos seus aspectos históricos, culturais e socioeconômicos. E, embora, a APA Bemposta apresente alguns estudos, ainda assim, considera-se que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado do local. É uma pesquisa aplicada porque esse trabalho busca gerar conhecimento para uma aplicação prática, gerando conhecimento que pode ser compartilhado com a Prefeitura de Três Rios. E, por fim, descritiva porque visa descrever relatos e percepções da população, além de características da área. Quanto aos meios de investigação é uma pesquisa bibliográfica, documental, de campo, além de ser um estudo de caso. Será feito um levantamento histórico-cultural da área de Bemposta tendo em vista jornais e documentos coletados dos arquivos locais, bem como

dados demográficos disponibilizados pelo IBGE. Ademais, será realizado uma pesquisa de campo entrevistando oralmente os moradores mais antigos da região, focando nas fazendas tradicionais que propiciará um levantamento de dados (Vergara 2000).

Esse estudo foi apoiado pela micro-história, que segundo Marieta de Moraes Ferreira (2008), está ligada a novas correntes historiográficas, que tem como foco revalorizar as trajetórias dos indivíduos comuns e mostraram como isso pode levar a história de uma comunidade. A partir de suas trajetórias é possível reconhecer estilos de vida, visões de mundo, estratégias de ascensão social e de acumulação de riqueza. O acompanhamento de suas histórias de vida permite, enfim, perceber aspectos importantes da gestão de seu cotidiano e das lutas travadas na exploração e construção de uma nova terra e de um novo país (Ferreira 2008). A história oral, utilizada como método nessa pesquisa, consiste na realização de entrevistas gravadas com atores e testemunhas do passado. A utilização dessa metodologia se deve ao fato de a subjetividade e a experiência individual serem levadas em conta, de forma que sejam valorizadas como componentes importantes para a compreensão do passado. A história oral abrange conhecimentos sobre determinada realidade, os padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, obtidos através de relatos orais, que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas (Cassab 2003).

3.3. UNIVERSO x AMOSTRA E SELEÇÃO DOS SUJEITOS

Tendo como base em Vergara (2000), o universo da pesquisa de campo foi a população local de Bemposta e funcionários da Secretaria Municipal de Cultura de Três Rios e a Subprefeitura de Bemposta. A amostra foi definida como critério por acessibilidade, ou seja, selecionar uma amostra da população que apresente disponibilidade e que seja de fácil acesso para a realização das entrevistas.

Além disso, optou-se por classificar também como estratificada e por tipicidade sendo composta por moradores mais antigos da região, tanto homens como mulheres, por conta de sua vivência no local e se constituir como memória viva com vista ao resgate histórico e cultural. Podendo abranger, moradores locais, donos de fazendas históricas da região e seus

funcionários. Ademais, funcionários da Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Três Rios, e Subprefeitura de Bemposta também foram entrevistados, podendo fornecer informações que enriqueçam a pesquisa.

3.3.1 Perfil dos Entrevistados

A amostra foi constituída por três moradores antigos do distrito de Bemposta, entre os quais um é funcionário da Subprefeitura de Bemposta, uma é artesã e aposentada e outro é barbeiro e aposentado. No Quadro 5 é detalhado a idade, sexo e área de atuação de cada entrevistado.

Quadro 5. Dados socio biográficos dos moradores de Bemposta entrevistados

Código	Idade	Sexo	Profissão
E1	60	Masculino	Funcionário da Subprefeitura de Bemposta
E2	84	Masculino	Aposentado e Barbeiro
E3	73	Feminino	Aposentada e Artesã

Os entrevistados foram selecionados levando em consideração moradores antigos do Distrito. As entrevistas foram previamente agendadas, com relativa facilidade, pois o E1 serviu como ponte para encontrar os demais entrevistados e fortaleceu o sentimento de confiança entre eles com a pesquisa. A partir das entrevistas foi feito um resgate histórico e cultural do local, sendo o roteiro da entrevista semiestruturada dividido de forma que abrangesse questões referentes ao âmbito econômico, histórico, ambiental e sociocultural.

3.4. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográficas em livros, revistas especializadas, dissertações e teses com dados pertinentes ao assunto. Além da realização de consulta ao acervo pessoal dos entrevistados, incluindo: fotografias, jornais antigos, documentos e livros.

No campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores selecionados tendo os áudios das entrevistas gravados, contando com conhecimento popular

da sua história e cultura, destacando a micro-história de cada um deles e, coletivamente resultar em um caminho para a compreensão da História.

Os dados levantados nas entrevistas foram analisados de forma qualitativa, acessando a memória dos moradores locais, fazendo então o levantamento histórico-cultural da região. A pesquisa do tipo qualitativa apresenta características que correspondem às necessidades de nosso estudo, pois: envolve pequenas amostras, as quais não necessitam ser representativas de grandes populações.

3.5. LIMITAÇÃO DOS MÉTODOS

O processo de coleta de dados via entrevistas semiestruturadas não apresenta desconforto aos voluntários, salvo situação em que acesse memórias que possam ser consideradas dolorosas para eles. Parte do desconforto pode ser gerado no decorrer da entrevista, já que as perguntas remetem ao passado dos entrevistados. Nesse caso, o desconforto e o risco foram minimizados por meio de abordagem que fosse agradável e respeitosa, capaz de reverter a situação, sem jamais conduzi-los as respostas.

Não houve existência de limitação aos voluntários quanto à participação da pesquisa, uma vez que o roteiro da entrevista não apresentou temas que pudessem ser consideradas sigilosas e/ou confidenciais, elas estavam relacionadas somente a alguns aspectos socioeconômicos além do resgate histórico-cultural do Distrito. As transcrições das entrevistas tiveram os nomes dos voluntários não identificados, sendo, portanto, codificados e seus áudios gravados, no entanto isso foi anteriormente acordado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. BREVE DESCRIÇÃO DA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE BEMPOSTA SOB A PERSPECTIVA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A utilização do ‘Caminho do Mar de Espanha’ como rota alternativa pelos moradores do sudeste das Minas Gerais para alcançar a Estrada Real e, finalmente, o Porto de Estrela, na Baía de Guanabara, favoreceu o desbravamento das terras de Bemposta, o qual foi um dos últimos territórios a ser desbravado. O distrito recebeu esse nome graças ao José Antônio Barbosa Teixeira, que escolheu em homenagem ao seu pai, criado em Portugal, na localidade

de Campo de Bemposta e considerou sua fazenda parecida topograficamente com a região de Portugal. Fundando, então, em 1805 a que é considerada a propriedade rural mais antiga da região de Três Rios: a Fazenda Bemposta. O histórico de ocupação do Vale do Paraíba é marcado pelo desmatamento de suas florestas estacionais semideciduais para a implantação da monocultura do café e com Bemposta não foi diferente (Neto *et al.*, 2015). A Fazenda Bemposta foi fundada com engenhos, monjolos, senzalas, dando início a cultura de lavoura e cana, e assim, dando origem à na época chamada vila Bemposta que teve como principais desbravadores os Barbos, os Barroso Pereira e os Werneck. Aos poucos, as florestas foram sendo desmatadas para dar lugar aos grandes cafezais e, utilizando-se de mão de obra escrava, desenvolveram a zona agrícola (Silva e Arnaud, 1991).

Ainda segundo o memorialista Pedro Gomes da Silva, o tenente Antônio Luiz dos Santos Werneck que foi um dos grandes incentivadores para que Bemposta se devolvesse assim como um dos pioneiros no plantio do café na região, faleceu em 1848 e ainda em vida demarcou sua grande fazenda de acordo com seus dez filhos. O filho Luiz Francisco herdou a Fazenda Castelo; Inácio Barbosa dos Santos Werneck, ficou com a fazenda pioneira, a Boa Vista; Isabel Leopoldina, com a Fazenda Santarém; Luiza Maria, com a Fazenda Recreio; João Vieira das Chagas, com a Fazenda Santa Rosa; Leopoldina, com a Fazenda Olaria; Carolina, com a Fazenda Paciência; Geraldina, com a Fazenda Retiro; Josefina, com a Fazenda Santa Juliana, e, finalmente, Fernando Luiz, com a Fazenda Cataguá (SILVA,1991).

Com a decretação da Lei Áurea em 1888, apesar de os fazendeiros das outras regiões já vinham fazendo a transição ao trabalho livre há décadas, veio precedida de muita resistência por parte dos fazendeiros no Vale do Paraíba Fluminense. Segundo André Rocha Carneiro, a lei apanhou escravagistas fluminenses em uma situação já de fragilidade, pois o café também estava em declínio nesta província, em especial, devido ao esgotamento dos solos (Carneiro, 2016). Dessa forma, a Fazenda Bemposta que possuiu diversos proprietários importantes ao logo do tempo, assim como as outras fazendas da região, viu suas terras em decadência.



Figura 6. JOHANN GEORG GRIMM.² *Fazenda Aliança em Bemposta*, 1881, óleo sobre tela 48,5 x 66,6 cm, coleção particular, Rio de Janeiro, RJ (fotografia de Vicente de Mello). **Fonte:** Levy 2010



Figura 7. JOHANN GEORG GRIMM. *Fazenda Recreio em Bemposta*, circa 1886, óleo sobre tela 48,5 x 66,6 cm, coleção particular, Rio de Janeiro, RJ (fotografia de Vicente de Mello). **Fonte:** Levy 2010

Pode-se observar com a pintura de Grimm datada de 1886, a qual retrata a Fazenda Recreio, os morros já desmatados devido a intensa produção cafeeira que na época já estava no seu fim.

² **Johann Georg Grimm** - estudou na Academia de Belas Artes de Munique entre 1868 e 1870. Depois de viajar pela Europa, Oriente e África, chegou ao Brasil em 1878, onde percorreu o interior das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, produzindo estudos de paisagens.



Figura 8. *Fazenda Recreio*³ em Bemposta, 2008

Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), 2008



Figura 9. JOHANN GEORG GRIMM. *Fazenda Retiro, Bemposta* 1881. óleo sobre tela, 60 x 82 cm. Col. Particular (Pires, 1980, p.23). **Fonte:** Novaes 2015

³ Fazenda Recreio - A casa-sede, que foi construída no século XIX, foi reformada em 1938 por seu proprietário na época, Arnaldo Guinle. Está localizada em um vale, na estrada entre Areal e Bemposta, antiga estrada Rio-Bahia, que mantém 6km passando por dentro da propriedade. Fonte: INEPAC, 2008



Figura 10. JOHANN GEORG GRIMM. *Recreio Cataguá em Bemposta*, 1886, óleo sobre tela 48,5 x 66,6 cm, coleção particular, Rio de Janeiro, RJ (fotografia de Vicente de Mello). **Fonte:** Levy 2010

Cataguá foi pintada em 1886, e nesta ocasião era propriedade do dr. Antônio Luiz dos Santos Werneck. A tela de Cataguá é um bom exemplo de uma implantação da unidade de produção de café no Vale do Paraíba. O sítio ocorre em uma chapada localizada em um vale cercado de morros, ora cobertos de florestas, ora com cafezais e pastos (Novaes, 2015).

Após a decadência da cultura do café, a pecuária tornou-se uma atividade importante na região (Soares, 2011). Na sequência, Arnaldo Guinle - pertencente a uma tradicional família carioca, que dentre outros feitos, foram os fundadores do Copacabana Palace - adquiriu em 1938 a Fazenda Bemposta, a qual foi transformada tendo suas paredes revestidas com tecidos franceses e trouxe azulejos de Portugal. Além disso, em uma das luxuosas dependências construiu um cinema com dois projetores – que é considerado um dos primeiros cinemas do Brasil – e, aos sábados, ele abria as sessões ao público.



Figura 11. Detalhes da fazenda Bemposta: salão de cinema, projetor e azulejos.
Fonte: Mapa de Cultura RJ. Fotos por Isabela Kassow.



Figura 12. Casa Sede da Fazenda Bemposta



Figura 13. Reportagem sobre a Fazenda Bemposta. Correio do Sul. 1952.

Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada E3.

A fazenda se tornou bastante importante, recebendo visitas de prestigiadas figuras políticas, como os presidentes Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, além do governador Ernani do Amaral Peixoto. E, apesar da região ter contado com a produção de café ao longo dos anos, ele investiu no ramo leiteiro fundando a empresa Normandia, que além de laticínios, focava na citricultura e à venda de imóveis. Arnaldo Guinle foi responsável por diversas obras importantes para Bemposta, dentre elas: a praça da cidade, a reforma da Igreja Nossa Senhora da Conceição, o campo de futebol, dentre outras. No entanto, com passar do tempo seus herdeiros não demonstraram o mesmo interesse por Bemposta e a propriedade da Fazenda Bemposta foi vendida. Atualmente, o município conta com a instalação de diversas indústrias que empregam uma parte da população local.



Figura 14. Arnaldo Guinle, sua esposa e freiras do Colégio Santo Antônio em Bemposta.

Fonte: Arquivo pessoal de uma entrevistada

O patrimônio é entendido como os fundamentos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um grupo definido de pessoas distingue sinais de sua identidade (Zanirato, 2009). Por isso, esses bens materiais e imateriais não só representam a história e cultura de um povo, como também evidenciam os seus hábitos, os costumes, suas crenças e seu modo de vida. Portanto, a valorização dessa memória local, em particular quando ela é resgatada pela comunidade do lugar pode significar uma resistência à homogeneização cultural que vivenciamos além de incentivar a sua preservação, só podendo ser assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela população. Segundo Stela Maris e Celina Albano (2002, p. 11), no livro *Interpretar o patrimônio, um exercício do olhar*:

(...) uma comunidade que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio, seja na interação com os visitantes, seja na sensibilização das operadoras. A prática interpretativa deve, portanto, promover a discussão entre os vários segmentos sociais sobre aquilo que torna o lugar especial e diferente. Deve também levar os

moradores a (re) descobrir novas formas de olhar e apreciar seu lugar, de forma a desenvolver entre eles atitudes preservacionistas. Finalmente, deve despertar novas vocações e possibilitar oportunidades de trabalho e renda ligados ao turismo.

Dessa forma, com o declínio da lavoura cafeeira e com a ocupação na região cada vez maior por indústrias e a intensificação da urbanização, aos poucos Bemposta vem tendo sua memória histórica e cultural esquecida. A cultura cafeeira - a qual utilizou mão-de-obra escrava e produziu impactos ambientais irreparáveis - assim como a influência de Arnaldo Guinle no distrito, cuja família é motivo de saudosismo e orgulho nos locais, deixaram um legado patrimonial importante para compreensão da formação social da região.

4.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Foram entrevistados três pessoas, dentre elas: E1, E2 e E3. A partir das narrativas obtidas por meio das entrevistas foi realizada uma análise do discurso e, mais adiante, a realização da discussão dos elementos obtidos a partir das explanações apresentadas pelos entrevistados tendo por fundamentação elementos do referencial teórico, com vista à compreensão do objeto estudado.

4.2.1. Distrito de Bemposta sob a Perspectiva da Dimensão Econômica: das plantações à industrialização.

Após o fim do período cafeeiro e da forte presença da lavoura na região, o distrito passou por um processo de industrialização. No passado, como foi averiguado com os entrevistados, as principais ocupações – foram citadas na produção de leite dentro da empresa Normandia, que além de laticínios, focava na citricultura e na lavoura dentro da plantação de milho, feijão e arroz - eram nas fazendas da região, principalmente na Fazenda Recreio, Bemposta e Santarém. Além disso, foi mencionada também a indústria Cerâmica Argibem, que segundo o site da instituição, foi fundada em 1986 no município de Três Rios/RJ e sediada em Bemposta. Segundo o E1, quando questionado sobre as principais ocupações em Bemposta no passado:

Então, os primeiros trabalhos aqui era a Fazenda Bemposta e Cerâmica Argibem. Só tinha essas duas. Era a fonte de renda de trabalho. Era a

Fazenda Bemposta que na época tinha aí de 40 a 50 emprego e a cerâmica Argibem. Mas Bemposta era um lugar pequeno, hoje Bemposta evoluiu. Bemposta cresceu.

Ainda, quanto aos empregos do passado, a E3 adicionou o fato da Fazenda Bemposta possuir uma plantação de flores, que empregava também a população. Já quando questionados sobre as principais ocupações atuais no distrito da APA Bemposta, foram apontadas as indústrias como importantes geradores de renda na região. Sendo elas: o curtume Nova Kaeru Exotic Leather, que segundo o E1, gera aproximadamente de 100 a 120 empregos; Guaramix, Vadecar Matadouro, Água Mineral Leve Sul e a fábrica de suco Green People. I

Quanto à percepção dos entrevistados em relação ao desenvolvimento da economia na região da APA Bemposta, eles divergiram de opinião. Apesar do E1 acentuar o fato de Bemposta atualmente gerar cerca de 500 empregos com a presença das indústrias, e segundo ele a maioria dos empregados é de moradores locais. O E2 relatou:

Antigamente aqui tinha muito movimento. Tinha a cerâmica, tinha a Fazenda Bemposta, que empregava muita gente. Mas, depois, venderam a fazenda aí acabou-se o movimento, né? De milho, feijão, muita plantação de abóbora. Ia tudo pro Rio. O Arnaldo Guinle tinha ali plantação de flor que ia pro Rio, também. Corria muito dinheiro, hoje corre menos, né? O que sustenta um bocado Bemposta é a cerâmica.

E, a E3 destacou, que para ela, Bemposta já foi mais valorizada e correu mais dinheiro por conta das fazendas. Com relação à reação da população local perante a chegada das indústrias. O E1 salientou:

Recebeu de braços abertos. Por que em um lugar que é tão afastado do município e as dificuldades são grandes... Por que como é que vai deslocar daqui pra trabalhar em Três Rios? Se tiver aqui emprego aqui é muito mais fácil população trabalhar aqui. Então hoje com essas novas indústrias que veio pra Bemposta, olha...Deu um movimento legal pro distrito de Bemposta.

Portanto, temos a perspectiva econômica do território, em que, segundo Haesbaert (1997), nessa dimensão é destacado no território, a materialização das ações dos indivíduos,

sendo estes resultados e/ou produto espacial do embate entre classes social e da relação capital/trabalho. Dessa forma, sob a ótica econômica, observou-se que quando foi feita a ocupação do território, os trabalhadores rurais em sua maioria trabalhavam nas grandes fazendas locais, isto é, existia uma relação de poder entre os grandes donos de terra e os agricultores. Outro aspecto relevante que, com o passar do tempo, várias indústrias começaram a adentrar no meio rural, fazendo com que os moradores se tornem assim, mão-de-obra para as indústrias. Além do uso dos recursos naturais, com destaque para a indústria ‘Argibem’ que se utiliza, segundo a E3 da extração de barro da região, assim como as demais indústrias como a fábrica de suco ‘GreenPeople’ e a indústria de água mineral ‘Leve Sul’ que também fazem o uso dos recursos naturais da área.



Figura 15. Reportagem sobre a Cerâmica Bemposta Limitada. Correio do Sul. 1952.

Fonte: Arquivo pessoal de uma entrevistada E3.

Quanto à dimensão política, segundo Raffestin (1993), o Estado é uma organização da sociedade: *“a maior das organizações é o Estado, ele não é a única: as organizações canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais”*. Dessa forma, sobre o poder e território, pode-se dizer que o governo de Três Rios, com a ação de controle e organização do Estado, criou um amplo programa de benefícios fiscais para atrair novas indústrias para o município, e foi incluído na Lei Estadual 4.533/2005, que reduz o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para 2% sobre o faturamento das empresas que se instalarem na cidade até 2030. Além disso, sua localização estratégica, com fácil acesso a três das maiores capitais do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte ajudaram com o seu crescimento industrial.

Tendo isso em vista, o processo de industrialização gera a urbanização da população e o crescimento das cidades rurais, servindo de estratégia para a elevação da renda e do nível de emprego dos moradores locais, bem como sendo capaz de reduzir os fluxos emigratórios do campo. Esse crescimento, porém, em geral é desordenado, avançado sobre áreas de preservação permanente e em unidades de conservação, especialmente sobre as áreas de proteção ambiental em que legalmente há a possibilidade de construção de moradias e de uso sustentável. Em vista dos fatores tradicionais de atração da indústria para os centros urbanos mais importantes, não se deve esperar que a industrialização rural se faça espontaneamente pelas forças de mercado. Deve haver uma política governamental específica sobre o assunto, assim como um planejamento cuidadoso e flexível (Leite, 2019).

4.2.2. Narrativas de Bemposta sob o Panorama da Dimensão Sociocultural: identidade cultural e preservação

No que tange a dimensão sociocultural, conforme Haesbaert (1997), em que o território é visto mais pela subjetividade dos indivíduos que compõem o território; tido como produto do imaginário local de apropriação de culturas, de modos de ver e fazer o lugar; da identidade social que se territorializa no espaço geográfico. Nestes termos, a importância de se criar vários elementos simbólicos para retratar uma dada forma de ocupação no território. Dessa forma:

Uma identidade de grupo é muito mais do que um rótulo ou do que uma designação categórica. Ela inclui tanto um sentido de pertencer a um grupo

como também as atitudes e os sentimentos que acompanham ser membro do grupo (...). Uma identidade de um grupo provê uma perspectiva internalizada a partir da qual o indivíduo se vê a si mesmo e aos outros (Phinney, 2004, p. 49).

Assim sendo, em relação às manifestações culturais e suas tradições presentes na APA Bemposta os entrevistados, em unanimidade, informaram sobre a Festa de Maio que é feita em homenagem à padroeira da cidade: Nossa Senhora da Conceição. A festa hoje atrai uma grande quantidade de visitantes e turistas para região, tendo a tradicional cavalgada da Nossa Senhora da Conceição que acontece na Praça Guilhermina Guinle e costuma atrair cerca de 300 pessoas, segundo o E1, nos três dias de evento. Conforme relatou a E3:

Isso eu lembro da Festa Nossa Senhora da Conceição que hoje é bonita. Antigamente era muito mais bonita. O Doutor Arnaldo fazia as bandeiras um de linho, de tecido. E vinha banda do Rio de Janeiro. Era muito mais bonita, sabe? Não era a quantidade de povo que vem hoje. Porque hoje todo mundo tem seu carro, né? Mas antigamente era muito mais bonito.



▲ IGREJA DE BEMPOSTA, construída pelo Dr. Arnaldo Guinle, é uma das mais belas, contando com rica decoração interior, como mostra o altar-mór da gravura

Figura 16. Reportagem sobre a Igreja Bemposta, construída pelo Arnaldo Guinle. Correio do Sul. 1952.

Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada E3.



Figura 17. Reportagem sobre a Igreja Bemposta, construída pelo Arnaldo Guinle. Correio do Sul. 1952.

Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada E3.



Figura 18. a) e d) procissão da Nossa Senhora da Conceição nas principais ruas do distrito de Bemposta. C) Praça Guilhermina Guinle, onde fica localizada a Igreja Nossa Senhora da Conceição, d) Igreja Nossa Senhora da Conceição, Bemposta, Três Rios. 2019.

Ademais, segundo o E1, o distrito conta também com o Trilhão de Bemposta, uma competição de motociclismo, que de acordo a Prefeitura de Três Rios, em sua última edição em 2019 reuniu quinhentos participantes. Atraindo, então, centenas de visitantes para o distrito de Bemposta, aquecendo a economia local. Durante o trilhão os motociclistas recebem a benção do padre e partem para uma trilha pelas montanhas e fazendas da localidade com cerca de cinquenta quilômetros de extensão. O entrevistado E2 também recordou dos blocos de carnaval do distrito.



Figura 19. Trilhão de Bemposta.

Fonte: Entre-Rios Jornal, 2019.



Figura 20. Trilhão de Bemposta.

Fonte: Entre-Rios Jornal, 2019.

No que toca a sua importância histórica, foi questionado aos entrevistados a relação da população com as fazendas históricas da região. E, o ponto principal entre todos os entrevistados foi a importância da Fazenda Bemposta e da Família Guinle para a região. Além disso, foram destacadas a importância das fazendas Santarém, Mundo Novo e da Harmonia que contavam com a presença de figuras importantes no distrito. Destaque da narrativa de E1 sobre a importância família Guinle na região:

Família Guinle. Hoje tudo o que você vê em Bemposta de construção. Você vê a igreja, você vê a praça, você vê o colégio, você vê as ruas. São tudo da época da família Guinle. Do Doutor Arnaldo Guinle que construiu.



Figura 21. Reportagem sobre a importância da família Guinle e da Fazenda Bemposta para o distrito de Bemposta. Jornal Correio do Sul. 1952

Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada E3.

Ainda sobre Arnaldo Guinle, o entrevistado E2 narrou:

É. Batia muita bolinha aí. O campo de Bemposta primeiro era ali no Jardim, subindo assim, né? Depois o Guinle falou assim: Ah eu vou acabar com esse campo daqui e vamos fazer um campo lá na frente. Aqui vou fazer uma praça grande aqui. Que é pros namorados saírem da igreja e sentam aqui, ficam namorando. Vou fazer o campo lá. E aí construíram o campo lá na frente. Ele trouxe o Fluminense do Rio para inaugurar a igreja e o campo aqui.



Figura 22. Reportagem sobre a importância da família Guinle e da Fazenda Bemposta para o distrito de Bemposta. Jornal Correio do Sul. 1952.

Fonte: Arquivo pessoal de uma entrevistada

Os voluntários também foram questionados acerca do que mudou, na percepção deles, em Bemposta da infância deles em relação aos tempos atuais. Eles relataram mudanças em relação à quantidade de moradias na região, que antes era um número bem menor do que atualmente. Em relação crescimento do distrito, a E3 relata:

Cresceu né? Muitas casas e tudo, mas muito irregular. Porque aqui era tudo muito organizado, era uma vila legalzinha. Muito bonitinha. Cresceu, horas pra bem e horas pra pior. Porque vem muita gente estranha que a gente não

conhece mais e aí nessa evolução vem muita gente bom caráter, mas veio muita gente MAIS mal caráter.

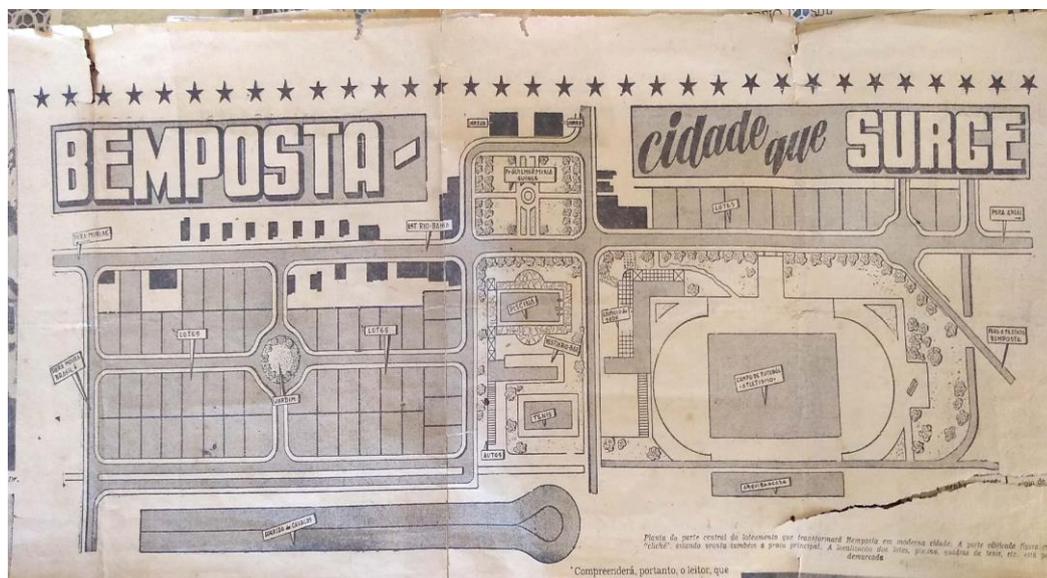


Figura 23. Reportagem sobre a importância da família Guinle e da Fazenda Bemposta para o distrito de Bemposta. Jornal Correio do Sul. 1952.

Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada E3.

Também, foi levantada a questão se a paisagem de Bemposta sofreu alguma modificação ao longo do tempo, apesar do E1 salientar que não houve nenhuma mudança drástica na paisagem de Bemposta no decorrer dos anos. O E2 disse:

Teve. Foram arrancando tudo dos morros né? Ai foram acabando com as árvores, matas. Naquele morro ali do cemitério o Doutor Arnaldo plantou eucaliptos. Aí veio o sobrinho dele, né? E derrubou os eucaliptos. Hoje não tem mais né.

Apesar da importância cultural e histórica da região de Bemposta foi observado, segundo informações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Três Rios, que nenhuma das construções históricas e importantes do Distrito estão tombadas. Segundo Dewailly (1998) é inquestionável que o patrimônio rural é hoje objeto de grande atenção, mais pelo seu valor sociocultural do que pela sua importância econômica. Considera-se hoje uma visão multidimensional do patrimônio rural que envolve diferentes manifestações: arquitetônicas, festividades, modos de fazer, artes tradicionais, idiomas locais, lendas

(Carvalho, 2003). Tendo isso em vista, o patrimônio cultural é percebido como um importante recurso para o desenvolvimento local.

4.2.3. APA Bemposta: potencial turístico e desenvolvimento local

O Ministério do Turismo do Brasil define o turismo rural como o conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (MTur, 2010). Segundo o autor Oxinalde (1994), o turismo rural engloba diversas modalidades de turismo, que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no meio rural é a soma de ecoturismo, turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura. E o desenvolvimento local é aquele realizado em comunidades pequenas de forma participativa, levando a mudanças socio estruturais, com caráter endógeno. Em que a população local possui relativa autonomia para beneficiar-se do potencial do território para maioria deles e decidir como cada um pode contribuir com inovações. A sustentabilidade no desenvolvimento do processo turístico pode acontecer, portanto, se a gestão local do turismo releva estes fatos (Coriolano e Lima, 2008).

Quando os sujeitos da pesquisa foram questionados se há uma grande circulação de visitantes ou turistas na região eles relataram que havia uma grande circulação de turistas na região quando a Fazenda Bemposta e Fazenda Recreio funcionavam como hotéis fazenda, no entanto ambas pararam de funcionar como tal. Os entrevistados observaram que o Distrito conta somente com uma pousada para receber os visitantes. Além disso, foi exposto por E1 que Bemposta possui uma cachoeira (Figura 24), que se localiza entre o antigo Patronato de Menores de Bemposta e o Acampamento Batista Carioca. E segundo o E1, recebe muitos visitantes chegando a abranger mais de 200 pessoas durante o verão. Nesse sentido, apesar de Bemposta receber uma concentração de turistas apenas nas datas comemorativas da Nossa Senhora da Conceição e no Trilhão, observa-se um grande potencial turístico na APA Bemposta tanto focado no ecoturismo devido a cachoeira e os morros, quanto ao turismo rural por causa das fazendas históricas da região.



Figura 24. Mapa da Localização da Cachoeira do rio Calçado, Bemposta, Três Rios/RJ.

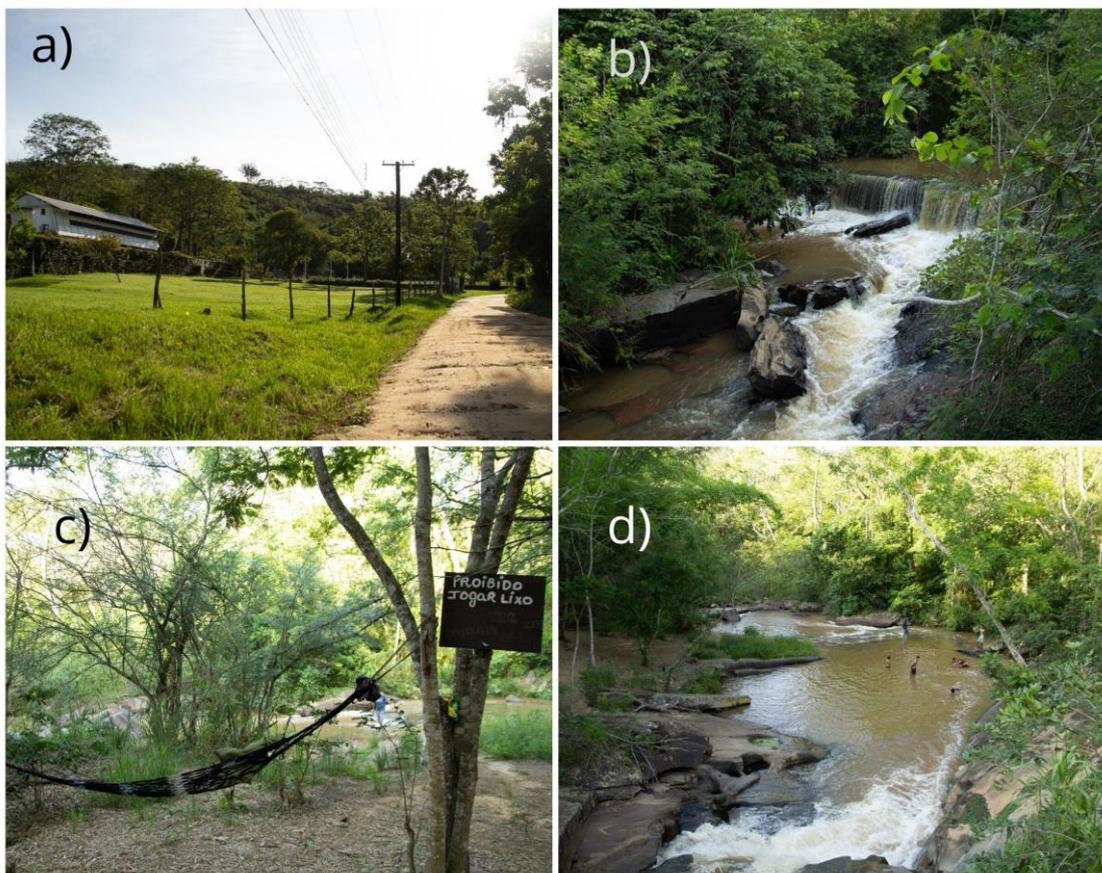


Figura 25. a) Acampamento Batista Carioca. b) c) e d) Fotos da Cachoeira do rio Calçado, Bemposta, Três Rios/ RJ. 2019.

Nas últimas décadas, observa-se um crescimento do turismo no espaço rural brasileiro, geralmente, ajustado às especificidades de cada lugar, podendo-se dizer que tal expansão se deve, parcialmente, ao aumento da demanda por produtos com atributos que exprimem benefícios à saúde, ao meio ambiente, incorporando relevância social, conteúdo cultural e o deleite de se alimentar (Wilkinson, 2006). A ênfase no crescimento qualitativo da atividade turística possibilita a geração de uma atividade que seja pensada, sentida e articulada socialmente de forma responsável através da inclusão, do incentivo de residentes em atividades de cunho informativo, valorizador e conservacionista tanto do patrimônio cultural, social, humano e ambiental.

Devido à evolução da descentralização das políticas públicas no país, novas iniciativas locais acabam se fortalecendo, o que gera novos modos de inclusão e troca entre os diferentes setores de atividades. Em vista disso, as políticas públicas têm um papel de representar a organização da ação do Estado de modo que solucione um problema ou atenda certa demanda da sociedade (Sorrentino *et al.*, 2005). O enfoque na economia local é de grande importância dentro desse cenário de democratização do país, surgindo como uma alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos na reorientação da ação do Estado. É necessário, portanto, que o Estado atue como agente facilitador desse processo de descentralização das políticas públicas, e para haver de fato um desenvolvimento local esse processo necessita ser participativo, envolvendo a população local. (Bava, 1996; Campanhola e Silva 2000). A exploração de forma sustentável de áreas de proteção ambiental e de reserva legal, através de um manejo adequado e do ecoturismo – assim como o turismo rural – são alternativas para possíveis políticas que levem em conta os fatores econômicos, ambientais, políticos e sociais da comunidade de um determinado local.

As políticas públicas de turismo estão cada vez mais dominando um espaço importante no âmbito da gestão pública e do planejamento. Dentre as principais estratégias da nova configuração política do progresso do turismo no país, encontra-se o ecoturismo que deve seu crescimento em função da regionalização e segmentação das atividades turísticas no país. (Cavalcante e Furtado, 2011). De acordo com Cruz (2001), a gestão do ecoturismo, além de assegurar a conservação da biodiversidade pretende auxiliar as populações locais através dos benefícios gerados por suas atividades. Assim sendo, através dessa pesquisa foi observado que existe uma grande carência de políticas públicas por parte dos órgãos responsáveis ligados a Prefeitura de Três Rios - como a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura,

Secretaria de Cultura e Turismo e Secretaria de Fazenda e Desenvolvimento Econômico – em relação à APA Bemposta. Como a falta ações que visem proteger tanto o patrimônio cultural quanto natural da região; o desenvolvimento local tendo em vista a participação da comunidade; e, a ausência de estudos aprofundados dos aspectos biofísicos e sociais da UC, tal como a inexistência do Plano de Manejo.



Figura 26. Matéria do Jornal O Globo, 29/11/2019, sobre a descentralização do ecoturismo no estado do Rio de Janeiro.

No trabalho realizado por Barbosa (2017), tem-se a exposição acerca dessa área protegida, quanto à inexistência do planejamento de manejo e a carência de equipe capacitada para a realização das atividades que envolvem a gestão e manejo da APA o que resulta em uma gestão ineficaz na área. Porém, segundo informações recentes da Secretaria Municipal de

Meio Ambiente e Agricultura de Três Rios o Plano de Manejo dessa área protegida encontra-se em processo de desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento local depende – além do estímulo gerado pelas políticas públicas – da participação das entidades regionais, das instituições de ensino e cooperativas. Observa-se então, a inserção de responsabilidades daqueles que coordenam, tais como Poder Público, comunidade local e os turistas que participam de atividades turísticas em área natural.

A Prefeitura Municipal de Três Rios faz parte do ‘Projeto Rio Minas’ que pretende resgatar a atividade ferroviária na região da Zona da Mata mineira e no Sul-Fluminense. Com capacidade para 800 passageiros, o Trem Turístico Rio-Minas sairá de Três Rios com destino a Cataguases (MG), e vice-versa, em um percurso de 168 km. Ao todo são 15 vagões que foram adquiridos pela ONG Amigos do Trem e que tem o apoio da iniciativa privada (Grupo Mil). Visa mostrar os atrativos de cada município; englobando as prefeituras, comerciantes, artesãos, rede hoteleira, dentre outros – tendo outras seis cidades na rota do passeio: Leopoldina, Recreio, Volta Grande, Além Paraíba e Chiador, em Minas; e Sapucaia, no Rio de Janeiro (Entre-Rios, 2019). No entanto, apesar desse projeto não atingir Bemposta devido a inexistência de trilhos viáveis para o projeto, a iniciativa demonstra já algum interesse da prefeitura em relação ao turismo rural. Desse modo, conclui-se que há diversas possibilidades de geração de renda para a população local de Bemposta que não estão sendo devidamente consideradas pelas políticas públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, entende-se a importância das UCs para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Apesar de no Brasil já existirem uma grande quantidade de UCs, ainda há um longo percurso a ser percorrido para que a conservação dos ecossistemas presentes das unidades de conservação seja de fato realizada. A fim de que essas áreas protegidas tenham uma conservação mais eficaz, espera-se que a forma de gestão delas sejam otimizadas de modo que o seu potencial seja explorado, pois somente a existência de normas, instrumentos e das instituições responsáveis não são o suficiente para garantir a gestão e o êxito esperado. Dentro disso, o Plano de Manejo apresenta uma função essencial para que a conservação da biodiversidade das unidades seja garantida, valendo-se de algumas ferramentas e técnicas para que se alcance os melhores resultados possíveis. Como foi

observado nesse trabalho, nenhuma das unidades de conservação do município apresenta o plano de manejo, o que coloca em risco a própria integridade das UCs.

Além disso, é pertinente ressaltar a importância da implementação da gestão participativa em UCs, bem como o respeito para com a comunidade local e suas tradições. A participação comunitária precisa ser analisada como ponto relevante, pois apesar do foco desse estudo se tratar de uma APA - a qual não sofre com um controle rígido das normas destinadas a elas – essa participação tem função de aprimorar prováveis atividades geradoras de renda levando em conta os interesses demonstrados pelas próprias comunidades. O desenvolvimento de práticas que não afetem o modo de vida da comunidade, adequando-as a uma outra realidade que tem em vista propiciar a sua prosperidade. Dado isso, quando a atividade ecoturística dá importância a práticas que valorizam o meio ambiente, a cultura local, as peculiaridades regionais, a biodiversidade e a relação que cada comunidade tem com seu território. O ecoturismo de fato, abraça o desenvolvimento sustentável se tiver isso em conta, se constituindo como atividade econômica dominante, apresentando além de práticas de preservação a comunidade local também uma fonte de renda.

Os resultados obtidos por essa pesquisa demonstram a importância do patrimônio histórico cultural da APA Bemposta, tendo em vista a relação afetiva que a população local tem com as fazendas históricas da região, além das festividades tradicionais do Distrito. O resgate histórico-cultural realizado nesse estudo, portanto, expõe a importância do conhecimento do passado para a descoberta da identidade cultural local. Dessa maneira, o patrimônio cultural é um fator básico para o desenvolvimento do turismo e, por diversas vezes, o turismo rural contribui para a preservação desse patrimônio. E, conforme foi constatada nessa análise, nenhuma das fazendas históricas de Bemposta foram tombadas. Portanto, é obrigação do Estado a proteção e valorização do patrimônio cultural que também deve ter participação dos cidadãos nesse processo.

De forma geral, a partir da análise das narrativas conclui-se que dentro do aspecto econômico anteriormente a produção nas lavouras eram os principais trabalhos no distrito, trabalho esse que se concentrava nas fazendas. Atualmente as indústrias são os principais focos de empregos, e as fazendas anteriormente produtivas não tem mais a grandeza que tinham no passado. Ainda, conforme foi exposto pelos entrevistados, havia uma grande circulação de turistas em Bemposta quando algumas dessas fazendas funcionavam como hotéis, no entanto pararam de funcionar como tal. Ademais, Bemposta conta com diversos

atrativos além de suas fazendas históricas e festividades tradicionais, dispõe também de grande beleza cênica em seus morros – onde acontece a competição de motociclistas conhecida como ‘Trilhão’ - e a cachoeira nomeada pelos locais como ‘Cachoeira do rio Calçado” é um foco de visitantes no verão.

Portanto, conclui-se que a APA Bemposta possui um enorme potencial para atividade turística e deste modo, recomenda-se que seja elaborado um plano que leve em consideração o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região. Importante ressaltar também o papel do Estado, em que constatou ser necessário um envolvimento maior dos órgãos ligados à Prefeitura Municipal de Três Rios - sobretudo a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura; a Secretaria de Fazenda e Desenvolvimento Econômico; e por fim, a Secretaria de Cultura e Turismo – com a comunidade do Distrito. De forma que essas instituições sejam agentes incentivadores e orientadores, trabalhando associadamente, com vista ao desenvolvimento local. Possibilitando assim, novas atividades geradoras de renda para a população da região e que esta seja contemplada por políticas públicas efetivas através de um processo de planejamento local que preze por uma gestão participativa.

6. REFERÊNCIAS

- A perda de biodiversidade é tão catastrófica como as mudanças climáticas. *Clima Info*, [S. l.], Disponível em: <http://climainfo.org.br/2019/05/06/perda-de-biodiversidade-e-catastrofica/> Acesso em: dezembro 2019.
- Aberti, V. (2000). **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro/ Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/FGV.
- Alberti, V. (2018). **Manual de história oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Anziliero, D. M. (2014). **A importância da preservação de áreas naturais para a biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Dissertação de Especialização, Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3122/Anziliero_Dinara_Maria.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: novembro 2019.
- Araújo, M. C., & Lira, W. (2012). Gestão integrada e participativa: uma análise comparativa entre os modelos de Rossetto e o modelo trade-off. **Engenharia Ambiental: Pesquisa e Tecnologia**, 9(2). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxj5n/pdf/lira-9788578792824-03.pdf> Acesso em: novembro 2019.
- Barbosa, D. C. (2017) **Estudo da Eficácia de Gestão de Unidades de Conservação Municipais de Três Rios/RJ: APA Vale Do Morro da Torre e APA Bemposta**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2018/01/monografia-dolvani-da-costa-barbosa.pdf>. Acesso em: novembro 2019.
- Bellinassi, S., Pavão, A. C., & Cardoso-Leite, E. (2011). Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo** (RBEcotur), 4(2). Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5918/3781> Acesso em: novembro 2019.
- Blanco, E. S. (2004). O turismo rural em áreas de agricultura familiar: " novas ruralidades" e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, 4(3), 44-49. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115417707007.pdf> Acesso em: novembro 2019.
- Braga, C.; Lages, V.N.; Morelli, G. **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Sebrae, 2004.
- Brandon, K., Fonseca, G. D., Rylands, A. B., & Silva, J. D. (2005). Conservação brasileira: desafios e oportunidades. **Megadiversidade**, 1(1), 7-13. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose_Maria_Da_Silva2/publication/260591461_Conservacao_brasileira_desafios_e_oportunidades/links/00b7d531a1d61ca971000000/Conservacao-brasileira-desafios-e-oportunidades.pdf Acesso em: novembro 2019.
- Brasil, U. D. C. E., & Conceptual, U. V. (2014). Unidades de Conservação no Brasil: Uma Visão Conceitual, Histórica e Legislativa. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade** Vol, 6(3), 508-523. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f09b/0ac06638e9ed49818f9066e535e6181bd361.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Bulcão, C (2015). **Os Guinle: a hostória de uma dinastia**. Rio de Janeiro: editora Intrínseca. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=kj2nCQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT11&dq=os+Guinle&ots=cVogx0le3b&sig=Ulna8iSePpHhHtCrz7Y7pE0WeOs#v=onepage&q=os%20Guinle&f=false> Acesso em: novembro 2019.

Bursztyn, M. A.; Bursztyn, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012

Campanhola, C., & Silva, J. G. D. (2000). Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. **O novo mundo rural: políticas públicas**, Embrapa, São Paulo, 61-91. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/195769/1/1999AA-Campanhola-Diretrizes.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Carneiro, A. R. (2016). Os impactos da Lei Áurea em Barra Mansa a partir do jornal a Imprensa Barramansense. **Dia-Logos: Revista dos alunos de Pós-graduação em História**, 10(1). Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/article/view/26718> Acesso em: novembro 2019.

Carvalho, P. (2003). Patrimônio cultural e iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural. **Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento**. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, 199-227. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Carvalho36/publication/312372855_Patrimonio_Cultural_e_Iniciativas_de_Developolvimento_Local_no_Espaco_Rural/links/587bf10208aed3826ae8e499/Patrimonio-Cultural-e-Iniciativas-de-Desenvolvimento-Local-no-Espaco-Rural.pdf Acesso em: novembro 2019.

Cassab, L. A. (2003). História oral: miúdas considerações para a pesquisa em serviço social. **0Serviço Social Revista** [online], 5(2). Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n2_latif.htm Acesso em: novembro 2019.

Cavalcante, M. B., & Furtado, E. M. (2011). Políticas públicas de turismo em unidades de conservação. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, 10(21), 133-146. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273619432010.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Cequeira, S. (13 de junho de 2015). **A ascensão e queda do império dos Guinle**. Veja Rio. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidades/a-ascensao-queda-imperio-familia-guinle/> Acesso em: novembro 2019.

Chelotti, M. C. (2010). Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, 22(1), 165-180. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/12.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Chierighini, L. M. A. (2016). **A importância da criação de unidades de conservação como política ambiental aplicada: Parque Municipal da Lagoa do Peri**. Dissertação de Especialização, Universidade Federal do Paraná. Disponível em <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/52294/R%20-%20E%20-%20LETICIA%20MOLLER%20CHIERIGHINI.pdf?sequence=1> Acesso em: novembro 2019.

Condesso, F. (2011). Desenvolvimento rural, patrimônio e turismo. **Cuadernos de desarrollo rural**, 8(66), 197-222. Disponível em

<https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/1669> Acesso em: novembro 2019.

Da Costa, A. P.; Medeiros, L.C.M.; Amaral, M.F.P (2016). **Ensaio Sobre o Uso Indireto da Área do Monumento Natural do Encontro dos Três Rios no Município de Três Rios, Rio de Janeiro**. 6º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade. Disponível em: https://www.itr.ufrj.br/sigabi/wp-content/uploads/6_sigabi/Sumarizado/AnaPaula.pdf Acesso em: novembro 2019.

Da Costa, A. P. (2017). **Eficácia de Gestão de Unidades de Conservação Municipais no Estado do Rio De Janeiro: Estudo De Caso Nos Municípios de Três Rios e Teresópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2018/01/monografia-ana-paula-ferreira-santos-da-costa.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Ferreira, D.S. (2014). Território, Territorialidade E Seus Múltiplos Enfoques Na Ciência Geográfica. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, 9(17). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883> Acessado em 22 de novembro de 2019.

Da Silva Selau, M. (2004). História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços: histórias em contextos globais**, 11(11), 217-228. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486> Acesso em: novembro 2019.

Da Silva, C. H. (2009) Território: uma combinação de enfoques – Material, Simbólico E Espaço De Ação Social. **Geografar**. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/14430> Acesso em: novembro 2019.

Da Silva, E. M.; De Lima, G. K. G.; Souza *et al.* (2018) **O Território e Seus Desdobramentos: Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização**. V Congresso Nacional de Educação. Disponível em: Gisele Kelly Gomes De Lima²; Valdeir Cândido da Silva Souza³, V.C.S. http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD4_SA16_ID10139_17092018123712.pdf Acesso em: novembro 2019.

de Castro Junior, E., da Silva Alves, F., & Martins, A. L. L. (2011). **Conflitos sócio-ambientais e conservação da biodiversidade: bioma mata atlântica, APA-Petrópolis-RJ/Brasil**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br> Acesso em: novembro 2019.

de Lima, M. G. C., & de Barros Corrêa, A. C. (2008). Apropriação de uma unidade de Conservação de Mata Atlântica no espaço urbano de Recife-PE: o caso da Reserva de Dois Irmãos. **Revista de Geografia** (Recife), 22(1), 67-77. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228638> Acesso: novembro 2019.

De Oliveira, A. F. (2004). A implantação de unidades de conservação em áreas de ocupação humana. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, (16), 68-80. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43386/47008> Acesso: outubro 2019.

de Oliveira, R. F., & Cardoso, L. R. (2011). Território, Paisagem e Lugar: o papel da geografia na educação patrimonial no ensino escolar. **Revista Geográfica de América Central**, 2, 1-17. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820076.pdf>. Acessado em 22 de novembro de 2019.

de Queiroz, E. D., & Vallejo, L. R. **Uso Público em Unidades de Conservação – entre o ideal e o real.** Anais do Uso Público em Unidades de Conservação, 5(9), 01-15. Disponível em http://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28741. Acessado em 22 de novembro de 2019.

Delamaro, M. C., Saviolo, S., de Oliveira Santos, J. H., Bursztyn, I., Delamaro, L. D. S. L., D'Oliveira, E., & Mudado, T. (2002). Turismo nas fazendas históricas do Vale do Paraíba Fluminense: um estudo sobre sustentabilidade. **Caderno Virtual de Turismo**, 2(4), 11-17. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115418121002.pdf> Acesso em: novembro 2019.

dos Santos Jr, O. D., & dos Santos Pires, P. (2007). **O desenvolvimento do turismo em unidades de conservação: caracterização do uso público no Parque Estadual da Ilha do Mel-PR.** Turismo-Visão e Ação, 9(2), 273. Disponível em <https://siaiap39.univali.br/repositorio/handle/repositorio/1282>. Acesso em 23 de novembro de 2019.

Drummond, J. A., Franco, J. L. D. A., & Oliveira, D. D. (2010). **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas.** Brasília: Editora Câmara. Disponível https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/28053/mod_resource/content/1/Drummond_et_al_2010_UC_legislacao_historico.pdf Acesso em: novembro 2019.

Drummond, M. A. (2002). **Participação comunitária no manejo de unidades de conservação. Manual técnico de ferramentas.** Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Socio-Ambiental. Disponível em <http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/PlanosdeManejo/ParticipacaoComunitarianoManejodeUnidadesdeConservacaoManualdeTecnicaeFerramentas.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Endres, A. V. (1998). Sustentabilidade e ecoturismo: conflitos e soluções a caminho do desenvolvimento. **Revista Turismo em análise**, 9(1), 37-50. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63423/66166> Acesso em: novembro 2019.

Entre-Rios. (5 de julho de 2019). Bemposta tem Festa Country e Cavalgada. Entre-Rios Jornal. Disponível em: <https://www.entreriosjornal.com.br/noticia-bemposta-tem-festa-country-e-cavalgada-72428> Acesso em: novembro 2019.

Ferraz R.N.F. (2018). **Avaliação Dos Custos e Benefícios da Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Município de Três Rios/RJ.** Acesso em: novembro 2019. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/avaliac%CC%A7a%CC%83o-dos-custos-e-beneficios-da-criac%CC%A7a%CC%83o-e-implantac%CC%A7a%CC%83o-de-unidades-de-conservac%CC%A7a%CC%83o-no-municipio-de-tre%CC%82s-rios-rj/> Acesso em: setembro 2019.

Ferreira, H.C.H., & Carneiro, M. J. (2005). Conservação ambiental, turismo e população local. **Cadernos EBAPE.** BR, 3(3), 01-13. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v3n3/v3n3a04.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Ferreira, M. D. M. (2013). **Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas.** Editora FGV. Disponível em: <https://editora.fgv.br/produto/historias-de-familia-casamentos-aliancas-e-fortunas-2347> Acesso em: junho 2019.

Fonseca, M., Lamas, I., & Kasecker, T. (2010). O papel das unidades de conservação. **Scientific American Brasil Especial**, 39, 18-23. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Thais_Kasecker/publication/260513394_O_Papel_das_Unidades_de_Conservacao/links/00b7d5317666583eb7000000.pdf Acessado em: novembro 2019.

Gehlen, I., & Riella, A. (2004). **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. Sociologias**, (11), 20-26. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222004000100003&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em: novembro 2019.

Graziano, J., Vilarinho, C., & Dale, P. J. (1998). Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **Caderno CRH**, 11(28). Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18685/12058> Acesso em: novembro 2019.

Guimarães S. R. (21 novembro de 2018). **A lei áurea representou mesmo o fim da escravidão? Hoje em dia.** Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/blogs/opini%C3%A3o-1.363900/a-lei-%C3%A1urea-representou-mesmo-o-fim-da-escravid%C3%A3o-1.673224> Acesso em: novembro 2019.

Haesbaert, R. (2010). Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Disponível em <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531> Acesso em: novembro 2019.

ICMBio – Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (2019) **Planos de Manejo**. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo> Acesso em: novembro 2019.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente (2019). **Refúgio de Vida Silvestre Estadual do Médio Paraíba.** Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA0122826> Acesso em 23 de novembro de 2019.

IRVING, Marta. A. O Ecoturismo no Brasil: Retrospectiva e Tendências, **Boletim de Turismo e Administração** [Publicação do] Centro Universitário Ibero Americano, Vol 10, n.º 2 (outubro 2001) - São Paulo: UNIBERO, 2001

Junior, O. D. S., & Pires, P. S. (2008). Turismo em Unidades de Conservação: adaptação do método visitor activity management process (VAMP) para a caracterização do uso público e o manejo de visitantes no Parque Estadual da Ilha do Mel (PR). **Revista Hospitalidade**, 5(1), 59-79. Disponível em <https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/172> Acesso: novembro 2019.

Junior, E.C; Alves, F.S; Martins, A.L. Sócio-ambientais e Conservação da Biodiversidade: bioma Mata Atlântica, APA – Petrópolis – RJ/ Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, 2, 1-15. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820617.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Lasnor M (13 maio 2015). **Festa de maio em Bemposta.** JC Online. Disponível em: <http://www.jconline.not.br/artigo/festa-de-maio-em-bemposta> Acesso em: novembro 2019.

Leite, P. S. (2019). Desenvolvimento rural através da industrialização: subsídios para formulação de políticas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 17(4), 137-162.

Disponível em <https://www.revistasober.org/article/5d06d7f70e8825b319f70b6d> Acesso em novembro 2019.

Leuzinger, M. D. (2007). **Natureza e Cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/33531250.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Lima, Z. (2019). **Trem Rio Minas: Conheça algumas curiosidades sobre a aguardada atração turística da região**. Entre-Rios Jornal. Disponível em: <https://www.entreriosjornal.com.br/noticia-trem-rio-minas-conheca-algumas-curiosidades-sobre-a-aguardada-atracao-turistica-da-regiao-72043> Acesso em: novembro 2019.

Loureiro, C. F. B., & Cunha, C. C. (2008). Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação. **Revista Práxis**, 1, 35-42. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/5255/525552618007.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Manetta, B. R., Barroso, B., Arrais, T., & Nunes, T. (2016). Unidades de Conservação. **Engenharias On-line**, 1(2), 1-10. Disponível em <http://www.fumec.br/revistas/eol/article/view/2959> Acesso em: novembro 2019.

Manzini, E. J. (2004). **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2, 10. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/2012/03/16/entevista-semi-estruturada-analise-de-objetivos-e-de-roteiros/> Acesso em: novembro 2019.

Marquese, R. D. B. (2006). **Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, 14(1), 11-57. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142006000100002&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: novembro 2019.

Martins Filho, I. A., & Vieira, A. D. S. (2019). **Área de Preservação Permanente e sua Importância para a Preservação do Bioma Natural**. Disponível em https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1626/1/979146106-904_Izaac_Alves_Martins_Filho_Dep%c3%b3sito_Final_13447_2031019514.pdf Acesso em: novembro 2019.

Mattos, F. F., & de Azevedo Irving, M. (2003). Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. **Caderno Virtual de Turismo**, 3(4), 23-35. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115417955004.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Mittermeier, R. A., Fonseca, G. D., Rylands, A. B., & Brandon, K. (2005). Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, 1(1), 14-21. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/285661097_Uma_breve_historia_da_conservacao_da_biodiversidade_no_Brasil Acesso em: novembro 2019.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. (2019) **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80229/CNUC_JUL19%20-%20B_Cat.pdf Acesso em: novembro 2019.

Morsello, C. (1999). Unidades de Conservação Públicas e Privadas: Seleção e Manejo no Brasil e Pantanal Mato-Grossense. **Ciência Ambiental — Os Desafios da Interdisciplinaridade**. Pedro Roberto Jacobi (Org.) Programa de Pós-Graduação da USP. São Paulo: Annablume. p. 333-358

Muaze, M. D. A. F. (2006). **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense. Disponível em https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_MUAZE_Mariana_de_Aguiar_Ferreira-S.pdf Acesso em: novembro 2019. Rio de Janeiro: UFF.

Novaes, A. (2009) **A paisagem da fazenda cafeeira através da iconografia no século XIX. Instituto Cidade Vida, 2009.** Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/25_adriano-novaes.pdf Acesso em: novembro 2019.

Novo Polo Industrial, Três Rios atrai 57 empresas em seis anos. Jornal de Brasília, [s. l.], 2 abr. 2009. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/economia/novo-polo-industrial-tres-rios-atrai-57-empresas-em-seis-anos/> Acesso em: novembro 2019.

Oliveira, M. O.; Filho, M. S. (2014). **Uso do Solo, Industrialização e Consequente Urbanização na Área de Proteção Ambiental do Maracanã, São Luís/MA.** GEPEPE. Disponível em: <http://www.gepepe.com.br/gepepe/arquivos/modeloIISimposio.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Paes, M. T. D. (2009). **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. Turismo de base comunitária—diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 162-176. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/19.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Pagel, S. M. (2008). **A importância dos instrumentos de gestão na conservação de áreas de interesse ambiental.** Disponível em https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3122/Anziliero_Dinara_Maria.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: novembro 2019.

Ponchio, L., Penna, J. B., & Medeiros, A. A. (2011). Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável: uma resenha a partir de Doris Van De Meene Ruschmann. **Revista De Estudos Jurídicos Unesp, 15(21).** Disponível em <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/348/345> Acesso em: novembro 2019.

Pontes, J. A., & Mello, F. A. (2013). Uso público em unidades de conservação de proteção integral: considerações sobre impactos na biodiversidade. **Uso público em unidades de conservação, (1), 221-232.** Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Flavio_Augusto_Mello/publication/282669434_Uso_publico_em_unidades_de_conservacao_de_protecao_integral_consideracoes_sobre_impactos_na_biodiversidade/links/5617beb308ae3eadf96af97b.pdf Acesso em: novembro 2019.

Prefeitura de Três Rios. (23 de setembro de 2019). **III Trilhão de Bemposta atrai mais de 500 motociclistas e consolida o distrito como nova rota turística.** Disponível em: <http://www.tresrios.rj.gov.br/noticia/iii-trilhao-de-bemposta-atrai-mais-de-500-motociclistas-e-consolida-o-distrito-como-nova-rota-turista> Acesso em: novembro 2019.

Rodrigues, G. B., & Amarante Jr, O. P. (2009). Ecoturismo e conservação ambiental: contextualizações gerais e reflexões sobre a prática. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, 2(2). Disponível em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5853/3723> Acesso em: novembro 2019.

Santos, D. P., & Chaves, M. R. (2014). A Importância da Preservação da Paisagem Histórica e Ambiental na Cidade de Pirenópolis (GO). **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, 2(13). Disponível em http://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/770 Acesso em: novembro 2019.

Saquet, M. A. (2011). Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**, 2, 1-16. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820015.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Saquet, M. A. (2005). **A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografi aespacial/31.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Schmitt, A., Turatti, M. C. M., & De Carvalho, M. C. P. (2002). A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, (10), 1-8. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n10/16889.pdf> Acesso em: novembro 2019.

Silva, P. e Arnaud, P. (1991). Capítulos de história de Paraíba do Sul. Paraíba do Sul/ RJ: Editora Irmandade da Nossa Senhora da Piedade.

Silva-Filho, E. V., Gomes, O. V., Marques, E. D., & Souza, M. D. (2013). Influência antrópica nas águas superficiais da cidade de Três Rios-RJ. **Geochimica Brasiliensis**, 27(1), 77-86. Disponível em <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/geobras/article/view/10103> Acesso em: novembro 2019.

Simonetti, S. R., & Nascimento, E. P. (2012). Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. xxxx

Soares, C.S (2019). Estudo sobre o Uso Público no Parque Natural Municipal de Três Rios, RJ. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: https://itr.ufrrj.br/portal/wp-content/uploads/2019/07/Caio_Souza_-.pdf Acesso em: novembro 2019.

Simonetti, S. R., & Nascimento, E. P. (2012). Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, ano, 12, 173-190. Disponível em <http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/465> Acessado em: novembro 2019.

Sorrentino, M.; Trajber, R.; Ferraro Jr., L. (2005) A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, pp. 285-299, maio/ago. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf> Acesso em: setembro 2019.

Spinola, C. D. A. (2007). O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, 8(13). Disponível em <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/75/79> Acesso em: novembro 2019.

- Teixeira, C. (2005). O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: “a naturalização” do social. **Revista Brasileira de ciências sociais**, 20(59), 61-66. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a04v2059.pdf> Acesso em: novembro 2019.
- Valenti, M. W., Oliveira, H. T. D., Dodonov, P., & Silva, M. M. (2012). Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educação em Revista**, 28(1), 267-288. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/9961/76f903b2dcc738e6811b5980bae64800a722.pdf> Acesso em: novembro 2019.
- Vallejo, L. R. (2002). Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, 4(8), 57-78. Disponível em <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13433> Acesso em: novembro 2019.
- Vallejo, L. R. (2013). **Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão**. Anais do Uso Público em Unidades de Conservação, 1(1), 13-26. Disponível em http://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674 Acesso em: novembro 2019.
- Vergara SC (2000). **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª edição. São Paulo; editora Atlas.
- Von Ahn, M. M., Dos Santos, F. C. A., & Simon, A. L. H. (2016). Uso Da Terra, Conflitos Ambientais e a Importância das Relações entre Geodiversidade e Biodiversidade para a Conservação da Natureza. **Geografia**, 41(1). Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Adriano_Simon2/publication/299853459_Uso_da_terra_conflitos_ambientais_e_a_importancia_das_relacoes_entre_geodiversidade_e_biodiversidade_para_a_conservacao_da_natureza/links/5706511f08aecbf68ba9b9cd/Uso-da-terra-conflitos-ambientais-e-a-importancia-das-relacoes-entre-geodiversidade-e-biodiversidade-para-a-conservacao-da-natureza.pdf Acesso em: novembro 2019.
- Zaú, A.S. (2014). A conservação de áreas naturais e o Ecoturismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo** (RBEcotur), v. 7, n. 2. Disponível em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6315> Acesso em: novembro 2019.

7. APÊNDICE



UNIVERSIDADE RURAL DO RIO DE JANEIRO – CAMPUS TRÊS RIOS – DCMA

NÚCLEO DE ESTUDOS EM GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – GESTÃO
AMBIENTAL

Entrevista Semiestruturada - Promoção da Preservação da Biodiversidade por meio do uso público: resgate histórico e cultural da APA Bemposta com vista ao desenvolvimento local.

A pesquisa tem como objetivo estudar a APA Bemposta quanto aos seus aspectos físico, geográfico, histórico, cultural, político e administrativo. Nesse sentido, o levantamento de dados, por meio da pesquisa documental e bibliográfica, com especial atenção ao uso da história oral, possibilitará resgatar o processo de evolução histórica local com vista à compreensão da dinâmica local.

1. Qual seu nome completo? E qual sua idade?
2. Há quantos anos você mora em Bemposta?
3. Qual foi sua principal ocupação? E, atualmente, tem alguma?
4. Você lembra quais eram os principais serviços realizados pela população há algumas décadas? E, agora, como você avalia as principais ocupações aqui em Bemposta?
5. Qual sua percepção quanto ao desenvolvimento da economia aqui na região. Ao longo dos anos você tem notado alguma alteração em relação às atividades econômicas realizadas em Bemposta?
6. Quem são os moradores de Bemposta? O que eles fazem? Qual a idade média deles?
7. Como a população de Bemposta recebeu a instalação de indústrias tanto no distrito, quanto no seu entorno?

8. Na sua juventude, o que você costumava fazer para passar o tempo em Bemposta?
Quais as atividades que você praticava?
9. Você se recorda de algum tipo de festa ou evento que era muito comum na sua juventude em Bemposta? Se sim, esse tipo de festividade ainda se manteve ao longo dos anos?
10. Como foi o processo de desenvolvimento do distrito, você lembra de algum acontecimento marcante relacionado com fatos históricos e/ou políticos na cidade?
11. Você sabe de alguma história relacionada às grandes fazendas de Bemposta? Como era a relação da população com elas?
12. Na sua concepção, houve alguma mudança em relação a paisagem de Bemposta ao longo dos anos? Se sim, qual foi o impacto disso na sua vida e da população?
13. Há uma grande circulação de visitantes/turistas na região? Existe alguma pousada para recebê-los em Bemposta?
14. No passado qual era o tipo de uso do solo dado ao distrito de Bemposta? E, atualmente, como é esse uso na sua opinião?
15. Quais são suas principais lembranças da sua vida e de sua família aqui na cidade?
16. O que você acha que mudou em Bemposta da sua infância em relação aos dias atuais?
17. Você tem alguma foto que ilustra Bemposta antigamente ou algum documento histórico que possa auxiliar nesse trabalho?



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Promoção da Preservação da Biodiversidade por meio do uso público: resgate histórico e cultural da APA Bemposta com vista ao desenvolvimento local”. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável.

O estudo que está em desenvolvimento busca analisar como possibilitar a preservação da biodiversidade da APA Bemposta, com a promoção do desenvolvimento local por meio do uso público, com especial atenção ao ecoturismo. A partir das entrevistas serão coletados relatos e dados que propiciarão um resgate histórico e cultural da região. A razão pela qual este estudo está sendo desenvolvido se encontra no fato de não haver material bibliográfico sobre a relação dada entre cultura, o valor histórico da região e desenvolvimento local na Área de Proteção Ambiental Bemposta.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s):

- ✓ Coleta de dados: A entrevistas serão realizadas de forma oral (podendo ter seus áudios gravados) com os moradores mais antigos da região de Bemposta, abrangendo também funcionários da Prefeitura de Três Rios. Será feito anteriormente um levantamento desses moradores e um contato anterior com eles para que as entrevistas sejam marcadas. A partir desses dados será realizada uma análise que irá compor a pesquisa.
- ✓ Divulgação de resultados: A divulgação será sob a forma de artigos científicos publicados em revistas indexadas e/ou apresentações de painéis em eventos científicos. Todo resultado da pesquisa será disponibilizado para a comunidade entrevistada, conforme a recomendação contida na Medida Provisória 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 (Brasil 2001).

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a

sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Três Rios, ____ de _____ de 20____ .

Assinatura do(a) voluntário(a)

Assinatura do pesquisador

Pesquisadores: Julianne Alvim Milward de Azevedo/ Karolyne Victor Martins Leite
E-mail: juliannemilward.ufrj@gmail.com/ karolvictorufrrj@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, Departamento de Ciências do Meio Ambiente, Av. Prefeito Alberto Silva Lavinias, 1847, Centro, Três Rios-RJ, Cep-25804-100